



46Olivo Donatti, como Titular, e o Sr. Elton Roberto Weber, como Suplente, em substituição ao Sr.  
47Anselmo Piovesan. Eram estas as Comunicações Gerais. Ainda não temos *quorum*. Estamos com todo  
48o material e pessoal que se comprometeu a vir fazer a apresentação com relação à Gestão  
49Ambiental Compartilhada está aqui, os dados estão aqui, e os principais interessados, pelo que posso  
50ver, que queriam esta reunião, estão aqui, e questiono se damos continuidade à reunião sem *quorum*,  
51se fazemos a apresentação ou tomamos outra deliberação. A palavra está com os senhores. **Sr. Luiz**  
52**Paulo Rodrigues Cunha:** Boa tarde a todos. Esta é a segunda oportunidade em que a gente tenta  
53atender o pedido feito aqui neste Plenário de apresentar o tema previsto na pauta de hoje. Agora, com  
54a chegada da representante da Amigos da Terra, serão apenas três que faltam. O encaminhamento que  
55eu daria é o seguinte: que possa ser feita a apresentação, porque acho que os principais interessados  
56estão vindo aqui pela segunda vez para assistir à apresentação. O que fica prejudicado nesse aspecto  
57são as questões de caráter deliberativo. Eu tenho a esperança de que cheguem mais dois ou três  
58Conselheiros no andar da reunião. O Prof. Dilda é um que está chegando já em seguida. Se não  
59atingido o *quorum*, pelo menos terá sido feita a explanação a todos aqueles interessados, e as questões  
60de mérito poderão ser trazidas na reunião ordinária, prevista para a semana que vem. Esse é o  
61encaminhamento que eu daria, para não perdermos a viagem mais uma vez. Sabemos que é um dia  
62atípico, este temporal que caiu deve estar dificultando as pessoas. O número dos que justificaram a  
63ausência é também bastante expressivo, mas tenho expectativa de que teremos *quorum*. Então,  
64encaminho no sentido de que se faça a apresentação, apenas não poderemos deliberar enquanto não  
65houver *quorum*. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Temos a informar também a presença do Químico  
66João Batista, o Conselho Regional de Química, que o Conselho vai procurar acompanhar as reuniões  
67do CONSEMA também. Nós fazemos a proposição do Dr. Cunha, que sugere que a gente faça a  
68apresentação, dê continuidade a reunião. E as questões de mérito, tanto com relação, por exemplo, a  
69aprovação da nova composição da Câmara Técnica, que se deixe para o fim se houver *quorum*. Os  
70Conselheiros que concordarem, por favor, levantem a mão para continuarmos com a reunião. **Sra. Edi**  
71**Xavier Fonseca:** Quantos justificaram a ausência? **Sr. Mauro Gomes de Moura:** A Instituição  
72Universitária, a Sociedade de Engenharia, a FAMURS, o SEDAI. Há alguma outra proposição além  
73da do Dr. Cunha? Os Conselheiros que concordarem que se continue a apresentação da palestra sobre  
74Gestão Ambiental Compartilhada, e depois se veja o *quorum* para as questões de mérito, por favor,  
75levantem o cartão: onze. Os que se abstêm, por favor, levantem a cartela. Os que são contra a  
76continuidade. Então, vamos dar continuidade. Por favor, a Eng.<sup>a</sup> Karla pode coordenar a apresentação  
77dos quatro palestrantes. **Sr. Geraldo André Susin:** Srs. Conselheiros e Conselheiras, só aproveitando  
78a oportunidade para apresentar o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Caxias do Sul, a  
79presença dele aqui, o Filipe Slomp Gizolu. Só para constar. Obrigado. **Sra. Karla Piper:** Boa-tarde  
80a todos. Gostaríamos de iniciar este trabalho trazendo a vocês como está composta hoje a Comissão  
81de Municipalização. A Comissão de Municipalização é um grupo formado pela Secretaria, com ações  
82vinculadas, o DEFAP, a FEPAM e a Fundação Zoobotânica. E hoje ela está formada com nove  
83pessoas, são três biólogos, dois advogados, um engenheiro florestal e uma engenheira química. Eu  
84coordeno esse grupo e está aqui presente também o Presidente da Câmara Técnica de Gestão  
85Compartilhada, o Prof. Mário Teixeira, que vem fazendo um trabalho nessa questão da  
86municipalização. Então, essa equipe da Comissão de Municipalização vem encaminhando aos  
87senhores os pareceres que passam pela Câmara Técnica e chegam para a apreciação dos senhores. A  
88composição da Comissão de Municipalização: ela é formada por três biólogos, dois advogados, dois  
89engenheiros florestais e uma engenheira química. Esse grupo se reúne toda quinta-feira à tarde, com o  
90objetivo de analisar os processos de municipalização. Nós dividimos essa exposição, Presidente, em  
91três partes: a primeira parte é a tabulação dos dados, o que é realmente este Conselho tem um enfoque  
92principal. A apreciação desses dados, a apresentação dessas informações vão ser feitas pela Arai e  
93pelo Clebes, que são pessoas que vêm trabalhando nesse levantamento, nesse monitoramento dos  
94municípios há bastante tempo, e que têm com certeza bastante informações a fornecer a este  
95Conselho. Depois gostaríamos de apresentar um projeto que vem desenvolvendo entre umas das  
96atividades a municipalização. Vamos falar em linhas gerais como que a municipalização está sendo  
97trabalhada na Secretaria hoje. E por último temos aqui a participação da PROCERGS e da  
98MICROSIGA, que nos trazem algumas informações sobre o sistema de informática que estamos  
99trabalhando para complementar o sistema que já existe hoje. Eu gostaria, então, de passar a palavra  
100para a Arai, e antes de começarmos, propriamente dito, gostaria de dizer a cada um dos senhores que

101qualquer informação que for colocada aqui está à disposição, e aí com o devido encaminhamento pelo  
102Presidente do CONSEMA a qualquer um dos Conselheiros. **Sr. Arai Paz:** Boa-tarde a todos. Eu  
103trabalho na Divisão de Licenciamento da FEPAM, e a Divisão de Licenciamento, juntamente com a  
104Divisão de Informatização e Sistematização da FEPAM, logo que começaram as primeiras  
105homologações procurou conversar com os municípios e disponibilizar um sistema pelo qual eles  
106pudessem nos apresentar dados técnicos e quanto ao licenciamento que estavam fazendo, que fosse  
107uma maneira bem simples de apresentar. Então, os dados que vamos apresentar hoje estão vinculados  
108ao uso desse sistema que disponibilizamos, um sistema informatizado que a SEMA, por meio da  
109FEPAM, disponibilizou para os municípios e que da parte da Área Técnica da FEPAM uma série de  
110análises dos dados principais, os dados mínimos principais técnicos que a Entidade gostaria de  
111receber dos municípios a fim de ter as informações que pudesse dar um panorama sobre o  
112licenciamento municipalizado. Então, vou iniciar com um histórico: no início de 2002, que tivemos as  
113primeiras homologações, habilitações, fizemos uma reunião no primeiro semestre de 2002, já  
114preocupados com a questão dos municípios nos apresentarem os dados. Fizemos uma reunião  
115apresentando os principais conceitos que viabilizassem a integração de dados entre o Município e a  
116FEPAM, porque dentro do sistema de licenciamento existem determinados conceitos que deveriam  
117ser idênticos. O sistema não poderia receber dados que não fossem compatíveis com os conceitos  
118utilizados pela FEPAM. Então, fizemos em julho de 2002 uma reunião apresentando esses conceitos  
119principais para os municípios. Depois fizemos duas reuniões com grupos de municípios que já  
120estavam próximos, ou que já haviam completado o período de entrega de dados à Comissão de  
121Municipalização para, enfim, apresentar o sistema desenvolvido pela Divisão de Informação e  
122Sistematização da FEPAM. Então, foi uma reunião em maio de 2003 e em setembro de 2003. O  
123objetivo das reuniões de junho e de setembro foi apresentar aos municípios, então, a maneira pela  
124qual deveriam apresentar os dados para serem armazenados pela SEMA por meio da FEPAM. Quais  
125os conceitos que trabalhamos para que pudéssemos trocar as informações? O conceito de  
126empreendedor e empreendimento, que é um conceito básico que deveríamos falar exatamente a  
127mesma linguagem do empreendedor, para a FEPAM deveria ter o mesmo conceito que cada município  
128que compartilhasse desse sistema. Enfim, o empreendedor é uma pessoa física ou jurídica, que é  
129responsável pelo empreendimento, ou pela atividade. E que o empreendimento, então, é a atividade  
130em um determinado local que está sendo desenvolvida e que está podendo alterar o meio ambiente. O  
131ramo de atividade que nós acrescentamos à tabela da FEPAM e a tabela da Resolução 05/98, a eles o  
132conceito de porte, porque a cada uma daquelas atividades, a cada um desses ramos de atividade nós  
133vinculamos uma medida de porte. Dessa maneira, então, a medida de porte para que indústria, por  
134exemplo, é metros quadrados de área útil. Já para uma suinocultura é o número de cabeças abatidas,  
135depende do número de cabeças criadas pela terminação, ou número de matrizes, quando for PC.  
136Enfim, cada ramo tem uma unidade de porte específico para aquele ramo. E apresentamos, então, o  
137próprio sistema de licenciamentos, os conceitos das diversas licenças emitidas. Trabalhamos com os  
138dados que nós gostaríamos de receber dos municípios; ou seja, o dado básico do empreendedor, que  
139seria a razão social, ou o nome do empreendedor, o CNPJ no caso do empreendedor ser pessoa  
140jurídica, ou CPF no caso de ser uma pessoa física. E os dados a partir daí estavam referenciados ao  
141empreendimento, ou à atividade. Aí nós pedimos o endereço do empreendimento, a data de início de  
142funcionamento. Se naquele período houve desativação, que data que houve a desativação daquele  
143empreendimento. A descrição, qual era mesmo a atividade executada ali, qual o ramo e a medida de  
144porte. Se houvesse adução de água qual a vazão de área aduzida, se houvesse geração de afluentes  
145líquido qual a vazão lançada, qual o corpo receptor. E aí, como corpo receptor, nós pedimos o tipo,  
146agora estamos acrescentando, inclusive para os próximos dados, depois do tipo a identificação desse  
147corpo receptor, mas hoje o que solicitamos é qual o tipo de corpo receptor no qual são lançados os  
148afluentes líquido. Se o descarte é contínuo ou em batelada, porque no nível das atividades que foram  
149listadas na Resolução 05, muitos empreendimentos gerados de afluentes líquidos não os lançam  
150diariamente, lançam em bateladas semanais, em alguns dias por semana. Então, quando é por batelada  
151o Município também, estamos solicitando que eles nos enviem os números de dias lançados,  
152indicando a medida, se é dia por semana, ou dia por mês. Além disso, no caso de indústrias, nós  
153pedimos para que fossem alimentados também dados com as principais matérias primas e os produtos  
154gerados. Além disso, então, a informação da própria licença em si, se era uma licença prévia, uma  
155licença de instalação ou uma licença de operação. Temos verificado que muitos municípios têm

156licenças únicas também, então, alguns nos repassam esse tipo de informação: numeração, data de  
157início e final de vigência. Então, esses foram os dados básicos que solicitamos aos municípios em  
158uma base de dados que foi desenvolvida na própria FEPAM. O que a FEPAM disponibilizou? Então,  
159em 2003 a FEPAM disponibilizou, via internet, um sistema para que o município apresentasse aquelas  
160informações que eu relatei atrás, referente ao licenciamento que realizou. E ainda nesse período  
161fizemos as reuniões e treinamento dos municípios para que pudessem fazer essa inclusão de dados no  
162sistema. Como eles faziam isso? Hoje o sistema está um pouco modificado, mas temos na nossa  
163página um *link* direto com o sistema, em que o município acessa pela nossa página, aí ele vai-se logar.  
164Cada município tem uma chave do município, e ainda cada usuário dentro do município pode obter  
165uma senha próprio para a entrada de dados. Então, ele vai-nos dar os dados de empreendedor, a razão  
166social, o CNPJ, o CPF, ele vai cadastrar o empreendimento e ainda vai poder cadastrar todas aquelas  
167situações ali. Todas aquelas informações que eu relatei ele vai-nos apresentar, mais ou menos nesse  
168formato, esse foi um teste. O Município de Araricá não está habilitado, utilizamos o nome só para  
169teste. Então, eles nos dão a informação, qual o número do empreendimento, a razão social, ou o nome;  
170o documento de identificação, qual o endereço do empreendimento, se há algum telefone para contato,  
171o *e-mail* desse telefone de contato, a data de início de funcionamento e a data de desativação. A  
172pesquisa de ramo nós já trazemos, os ramos que são relacionados na Resolução 05, e o ramo atual,  
173porque em 2001 fizemos uma alteração na tabela de ramos de atividade da FEPAM. Inclusive estamos  
174trabalhando no sentido de equalizar os dados do anexo da Resolução 05 e da atual tabela de  
175classificação da FEPAM; como eles poderiam, então, por exemplo, nesse caso cadastrar uma matéria-  
176prima, ou o produto, ou, então, uma licença, o número da licença, que tipo de licença é, data de início  
177e data final, se nesse período em que ele está prestando as informações foi revogada ou não, e se há  
178alguma observação importante vinculada a essa licença. Então, todos esses dados estão  
179disponibilizados na internet para os municípios apresentarem. Nós fizemos também um levantamento,  
180todos os municípios tinham na Prefeitura disponibilidade de acessar a internet e de nos apresentar  
181esses dados. Nessas reuniões que fizemos questionamos se haveria necessidade de disponibilizarmos  
182um outro meio digital os dados para que fosse alimentado, mas não tivemos retorno de um município  
183que não pudesse apresentar o dado pela internet. Nós tivemos nessas reuniões 29 municípios  
184convidados a comparecer, compareceram 19 e 13 municípios desses 29, embora não tivesse  
185comparecido mantiveram contato com a FEPAM para receberem informações e esclarecimentos  
186quanto a alimentação desse dados. Aqui houve um erro, em vermelho temos a percentagem dos  
187municípios que não compareceram: 60% dos municípios compareceram; 31% não compareceram; 9%  
188embora não tivessem comparecido contataram a FEPAM para receberem esclarecimentos quanto ao  
189sistema. Aqui a listagem para os senhores de todos os senhores que tiveram o prazo já vencido até a  
190presente data para a apresentação de dados para nós, para a SEMA no caso. Nós temos 40 municípios  
191que deveriam ter-nos apresentado dados até a presente data. Desses 40 municípios temos 26 que  
192apresentaram no nosso sistema. Caxias do Sul e Pelotas apresentaram em meio digital, mas não  
193apresentaram no sistema, então, não estão contabilizados aí, porque não tivemos ainda como passar  
194para o sistema. Então, não estão contabilizados, estão contabilizados aqui todos os que usaram o  
195sistema da internet, mais Porto Alegre e Novo Hamburgo que utilizaram o sistema próprio porque têm  
196convênio com a FEPAM e no convênio eles têm um sistema mais completo de dados que devem  
197apresentar. Então, estão computados esses municípios. Venâncio está computado aqui, o que  
198aconteceu é teve problema e apresentou outros dados além desses, mas ele está computado aqui.  
199Então, temos 40 municípios com mais de um ano de habilitação, desses 40 municípios 26  
200apresentaram dados nesse formato, mais dois em meio digital, mas que não estavam acessando o  
201sistema. Na realidade, não são 14 que não apresentaram, 12 municípios não apresentaram dados, 14  
202não apresentaram no sistema. Então, temos em torno de 70%, porque 65 é sem contar Pelotas e  
203Caxias, temos em torno de 70% dos municípios apresentando os dados, quer seja pelo sistema, ou  
204quer seja por outro meio magnético, e em torno de 30% não apresentaram os dados para nós até a  
205presente data, dos 40 que deveriam ter apresentado. Então, aqui a relação dos municípios que não  
206apresentaram informações, repito novamente, no sistema, porque Caxias e Pelotas apresentaram em  
207um sistema próprio deles. Então, aqui fizemos as manchas, ainda teríamos, incluindo caxias e Pelotas,  
208essa região abaixo e mais aquela maior como verde, e as demais seriam os que não apresentaram. Na  
209realidade, não conseguimos cortar os ramos da 05, então, Porto Alegre está levantando esses dados  
210para cima, mas a grande maioria dos dados recebemos, em torno entre 100 e 200 empreendimentos

211licenciados para o Município, boa parte dos municípios. E aqui estamos discriminando, então,  
212verificamos que a grande quantidade de licenças emitidas é de licença de operação. Inclusive  
213verificamos que existem alguns municípios como Igrejinha, Sapucaia do Sul, que têm um número  
214bastante expressivo, Lajeado que tem um número bastante expressivo de informações apresentadas.  
215Os ramos mais licenciados são mais ou menos estes: fabricação de calçados é um ramo bastante  
216licenciado, fabricação de artefatos e componentes para calçados; fabricação de utensílios, peças e  
217acessórios sem tratamento de superfície, sem fundição e sem pintura; fabricação de estrutura, artefatos  
218e recipientes metálicos sem tratamento de superfície e sem pintura, que são os ramos que estão lá;  
219loteamentos residenciais e fabricação de vestuários. São os ramos que encontramos com mais  
220destaque. Então, basicamente são esses os dados, inclusive tivemos durante este ano três encontros  
221com todos os municípios que foram habilitados. E nesses três encontros enfatizamos, na realidade, o  
222número de inadimplência, de setembro para cá diminuiu muito, porque nessas três oportunidades nós  
223também apresentamos o sistema. Após essa apresentação aumentou bastante a quantidade de dados  
224que temos recebido. **Sr. Presidente:** Só para informar aos Srs. Conselheiros que já temos *quorum*,  
225estamos com dezesseis agora. Estamos com *quorum*. **Sr. Clebes Pinheiro:** Boa-tarde. Só para  
226complementar essa planilha de apresentação de dados das licenças. Os dados que estão apresentados  
227aqui, na verdade, referem-se as atividades da Tabela 05 e que a FEPAM licenciava, que não  
228licencia. Pelo trabalho que fazemos com os municípios, sabemos há muitas atividades que os  
229municípios estão licenciando que não constam na tabela da FEPAM e nem na 05. Tipo: oficinas  
230mecânicas, padarias, atividades que a FEPAM também não licencia. Então, essas atividades não  
231entram nesse sistema que montamos, foi montado exclusivamente para computar aquelas atividades  
232que nós fazemos. Os municípios que temos contatado estão fazendo isso, uns até: o meu universo de  
233licença vai ficar um pouco defasado, porque estou licenciando muita coisa que não está no sistema  
234de vocês. Estou colocando isso para clarear um pouquinho o funcionamento. É bem interessante esse  
235aspecto, porque são coisas que nem a FEPAM licenciava, hoje o município em função disso está  
236licenciando. **Sra. Karla Pipper:** Eu só gostaria de comentar que hoje nós temos habilitados no Estado  
23774 municípios, mas como a Arai bem colocou, só são 40 municípios que têm que prestar essa  
238informação pelo sistema. por que isso? Porque a Resolução 04, criada por este Conselho, lá no art. 5º,  
239diz que o município deverá disponibilizar anualmente à SEMA, em meio magnético. Então, nós  
240estamos falando em anualmente, estamos correndo o ano desses municípios que se habilitaram. Então,  
241por isso não estamos aqui falando do universo dos municípios que estão habilitados no Estado.  
242Sabemos que esses municípios que se habilitaram este ano e esses que se habilitaram no final do ano  
243passado estão também alimentando o sistema, por quê? Porque uma vez que o município receba a  
244habilitação, ou seja, possa começar a realização dos licenciamentos, ele recebe uma senha, e em um  
245determinado momento, quando começar a emitir as licenças, ele pode ir alimentando esse sistema para  
246que a SEMA e a FEPAM possam receber essas informações. Eu gostaria de colocar para vocês como  
247está a situação no Estado hoje da municipalização, aproveitando um pouquinho para passar como  
248estamos trabalhando isso. O que foi enfatizado pela Arai sobre esse curso de treinamento, nós foi  
249fizemos um curso de capacitação para os técnicos municipais em setembro, outubro e novembro.  
250Esses cursos atingiram cerca de 173 técnicos, desses 173 técnicos chegamos a 65 municípios. Então,  
251realmente, os técnicos vieram, os palestrantes desse curso foram técnicos da FEPAM e do DEFAP –  
252Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, e trouxeram para esses técnicos municipais as  
253informações mínimas, ou básicas, para que esses técnicos possam trabalhar o licenciamento de forma  
254responsável, mas com mais tranquilidade. O que nós enfatizamos bastante nesse curso de treinamento  
255foram modelos, a operacionalização do processo de licenciamento para as mais variadas áreas. Então,  
256nós falamos lá em loteamento do solo, que é uma das atividades que passa para o município até um  
257determinado porte. As questões de agrosilvopastoril, suinocultura, avicultura, piscicultura, foram  
258comentados e enfatizados nesse curso de capacitação. A agroindústria foi também comentado e acho  
259que na parte da FEPAM seriam mais ou menos essas atividades em que nós conversamos, irrigação,  
260as atividades de irrigação. E depois na parte do DEFAP nós fizemos um treinamento também, de um  
261dia, informando aos municípios como trabalhar essa questão do corte de árvore, descapoeiramento,  
262todas essas diversas atividades ligadas a nossa área florestal. Gostaria de colocar para vocês também  
263que esses municípios que se habilitaram este ano receberam a orientação de uma central de  
264atendimento, o SIGA, que é um projeto que tem uma das ações a municipalização. Criamos uma  
265central de atendimento aos municípios. Então, temos atendido cerca de 15 municípios nessa central,

26615 município por semana, onde nós orientamos a eles o que é necessário para a habilitação. E essa  
267interface está ficando tão favorável ao processo que, na verdade, os municípios não só se habilitam  
268como buscam que têm buscado cada vez mais informações de como realizar o licenciamento depois  
269de habilitados. Então, o objetivo dessa central de atendimento é justamente facilitar, mas não no  
270sentido de diminuir a qualidade, bem pelo contrário. Nós sentamos com os municípios e conversamos  
271com os técnicos municipais quais são os documentos necessários para a habilitação. Temos agora  
272trabalhado muito com certa ênfase no que eles pretendem licenciar. Quer dizer, eles querem a  
273habilitação, mas qual é a demanda de licenças que acreditam que vão ter e como estão trabalhando  
274isso. Eu estou coordenando este projeto e coordeno a Comissão de Municipalização, e digo aos  
275senhores que nós temos viajado o Estado do Rio Grande do Sul em várias associações e sentimos que  
276muitos municípios querem participar desse processo e vêm encaminhando essa documentação. Hoje  
277nós temos cerca de 60 processos tramitando e 09 realmente estão sendo bastante cuidadosos em não  
278passar para a Câmara Técnica processo em que a gente sinta que não há todas as documentações  
279necessárias pela Resolução 04 atendidas. Eu gostaria de colocar para os senhores também que nós,  
280atentos às informações que a Arai colocou, estamos aqui com a PROCERGS para apresentar o sistema  
281de informática que nós gostaríamos de implantar por meio desse Projeto SIGA na Secretaria Estadual  
282do Meio Ambiente para que possamos ampliar o que já existe hoje. Então, eu gostaria que a  
283PROCERGS fizesse essa apresentação, estamos com o Nelson Soares da PROCERGS. Nós entramos  
284em contato com o município, o rapaz não está aí para mostrar o fluxograma, mas hoje a  
285municipalização vem sendo trabalhada pela Secretaria da seguinte sistemática: em um primeiro  
286momento encaminhamos, o processo entra por meio da central de atendimento. Ele é protocolado e  
287vai direto para a assessoria jurídica da SEMA, onde ela faz uma análise dos documentos necessários.  
288Feito isso o processo foi encaminhado a essa Comissão de Municipalização, que é uma equipe  
289multidisciplinar, que analisa esses processos, elabora um parecer. Com a elaboração desse parecer é  
290encaminhado à Câmara Técnica ou não. O encaminhamento à Câmara Técnica, logo em seguida a  
291Câmara Técnica avalia novamente esse processo e encaminha para o CONSEMA. Então, o fluxo de  
292andamento do processo é esse, e o momento em que nós entramos em contato com o município é na  
293Comissão de Municipalização. A Comissão de Municipalização faz a análise do processo e verifica se  
294deve ou não chamar o município para uma complementação de documentações, complementações no  
295plano ambiental. E aí eu gostaria de colocar para os senhores que a Câmara Técnica realmente vem  
296exigindo algumas complementações no plano ambiental, e nesse caso o processo não vem aqui para os  
297senhores apreciarem, retorna à Comissão de Municipalização, que volta a chamar o município e  
298solicitar ao município as complementações para que isso ocorra. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Eu  
299não sei se os Srs. Conselheiros concordam, mas a gente podia terminar a apresentação da PROCERGS  
300e depois passaríamos para uma fase geral de perguntas. Pode ser? Não sei se o Prof. Mário também  
301vai querer falar alguma coisa antes da fase de perguntas, aí depois a gente deixa a palavra à  
302disposição. A PROCERGS já estaria pronta para a apresentação? **Sr. Clebes Pinheiro:** Um aspecto  
303que eu havia esquecido, acho bom salientar para os Srs. Conselheiros que as atividades apresentadas  
304das licenças se referem à atividades licenciadas pela FEPAM. Existe um universo também de  
305atividades que são referência ao DEFAP, que é o Departamento de Florestas e Áreas Protegidas, que  
306refere-se à Tabela n.º 016. Não estão computadas porque esse procedimento que vocês assistiram foi  
307elaborado por atividades da FEPAM. Então, as licenças que os municípios, porventura, emitiram da  
308área florestal não estão computadas aí, existe um universo bastante significativo que já sabemos. **Sra.**  
309**Karla Pippert:** Quanto a isso que o Clebes falou nós temos, o DEFAP vem fazendo esse  
310monitoramento e de uma maneira um pouquinho diferente que nós colocamos aqui. Por quê? O  
311DEFAP tem no Estado hoje 25 regionais. Então, a proximidade do regional com o município é muito  
312maior. O que está ocorrendo bastante é que os regionais estão ajudando, auxiliando esses técnicos  
313municipais na emissão dessas licenças, na liberação dessas licenças. Esses dados referentes ao  
314DEFAP nós temos eles tabulados e temos como passar para os senhores para que vocês possam  
315verificar a quantidade de licenças que já foram emitidas, então, relacionadas a essa área. Eu gostaria  
316de passar para a PROCERGS. **Sr. Nelson de Jesus Soares:** Boa-tarde. Primeiro, temos uma noção  
317bastante clara da importância deste grupo, deste Conselho, a profundidade que tem as suas decisões.  
318Quer dizer, no momento em que estamos falando da teoria da falcência da Terra, eu estava lendo isso  
319em um livro do Washington Novaes; ou seja, as decisões advindas deste Conselho realmente têm um  
320impacto muito profundo em termos de gestão ambiental. Eu venho aqui em nome da PROCERGS,

321estamos como função de empresa, como função de Estado, trazendo a nossa contribuição para esse  
322processo de gestão ambiental. Eu também confesso que venho com uma dupla personalidade porque  
323também sou um militante, 17 anos de movimento comunitário, e temos um projeto muito aprofundado  
324em termos de gestão. Então, vamos dar uma pinceladinha rápida, ver como isso se entrega ao contexto  
325dos nossos sistemas. Essa importância do Conselho, digo-lhes também, confesso que faço parte do  
326Conselho Municipal do Desenvolvimento e Ambiental, onde temos esse azinho do PDDUA aqui de  
327Porto Alegre, no nosso Município realmente é uma coisa bastante aprofundado. Foi um plano parido  
328há 09 anos, ele ficou de 91 a 99 em discussão esse Plano Diretor, discussões acirradas, e hoje já  
329bastante engajado dentro dos princípios da Agenda 21. A Agenda 21, ela toda entendida, baseada em  
330um processo de planejamento participativo e se estendendo para as comunidades. Então, prometo para  
331vocês, é como dizia um amigo meu, não sei se o pior é o economês, ou o informates, prometo para  
332vocês que não vou massacrá-los aqui com sopa de letrinhas. Acho que o objetivo maior nosso até é  
333uma reflexão sobre esse contexto e qual é a linha meta que estamos seguindo. Acho que não há uma  
334decisão hoje e um sistema que vá ser construído rapidamente para resolver o problema da informática  
335ambiental. A informática ambiental tem dois sistema no mundo, que realmente derivaram como  
336solução abrangente. Temos um em São Paulo, que talvez seja o nosso *benchmarking*, que é o BIOTA-  
337SP, que estamos tirando como um certo modelo para desenvolver um grande sistema para a área  
338ambiental. O nosso foco é a municipalização, mas não podemos perder de vista esse contexto todo,  
339porque sabemos que estamos vivendo o mundo em rede, temos que seguir essas tendências. Então,  
340para vermos qual o contexto que estamos falando, ou seja, temos aqui hoje sem dúvida nenhuma,  
341vivendo um momento de sociedade e informação, o próprio Ministério de Ciência e Tecnologia está  
342desenvolvendo um trabalho abaixo do PROJETO Avança Brasil, onde se lançou o Livro Verde. Esse  
343Livro Verde dá todas as diretrizes da informática do Brasil e das telecomunicações. Isso é uma coisa  
344interessante, a informática e a telecomunicação se fundiram e se fala em telemática, isso é uma coisa.  
345A outra coisa, por exemplo, nós na PROCERGS somos condicionados a não falar em computador,  
346não existe o computador, mas existe a rede. Ou seja, o mundo está em rede, nós estamos em rede, só  
347se fala em rede. Então, como eu disse: o meu micro, o meu computador; não, é rede, pensa-se rede  
348hoje. Nós vamos explorar isso aqui, mas a velocidade com que as ciências e tecnologias estão  
349entrando é dez vezes maior do que o rádio, é dez vezes maior do que a televisão. Ou seja, a entrada de  
350computador, a entrada na rede é de uma velocidade assustadora. Então, é um movimento irreversível e  
351isso tem impacto, sem dúvida nenhuma nos sistemas de informação. Basicamente, só para darmos  
352uma ilustrada, o que está fazendo essa revolução toda? O ponto principal que chamamos aqui de  
353convergência, ou seja, a representação única da informação. Hoje representamos conteúdos, como  
354livros, filmes, música, a transmissão e recepção de dados, voz e imagens. E na computação, a  
355informática e suas aplicações, tudo isso aqui está sendo representado na forma digital. Então, isso  
356aqui transforma todo o processo produtivo. Para vocês terem uma idéia, nesse ano de 92, nos Estados  
357Unidos se vendeu mais máquina digital do que a máquina do filme. Então, vocês imaginam o que isso  
358proporciona, de toda aquela linha de produção que tinha, de todos os componentes de revelação de  
359filme, de secar, toda aquela indústria que vinha atrás disso; ou seja, pegar estúdio de fotografia,  
360estúdio de som. Então, está havendo uma revolução total em função dessa grande, digamos assim, da  
361representação das informações. Ou seja, é computador transformando-se em aparelho de tv, a foto sai  
362do álbum e vai para o disquete, o livro, do papel para o vídeo, e assim por diante; ou seja, essa  
363convergência era a base. O barateamento dos *hardwares* e a internet, realmente, proporcionaram essa  
364grande revolução. Esse é um primeiro contexto. Um outro ponto que a gente poderia, rapidamente,  
365abordar, esse Programa Sociedade e Informação já lançou o Livro Branco. O primeiro era de diretrizes  
366e agora são de ações praticamente ditas. Isso aqui é interessante para entendermos, que tanto a  
367ecologia como a informática são disciplinas emergentes, ou seja, não podemos hoje pensar que vamos  
368ter sistemas em estado da arte. Vejam bem, em 72 tivemos aqui, na década de setenta, na verdade,  
369tanto a informática como a sistematização dos processos da ecologia, esse tratamento iniciou-se nessa  
370década. A internet praticamente surgiu agora em 95, temos o quê? Sete, oito anos de internet. Isso  
371tudo está nascendo. Esse é outro grande problema, ou seja, é o descompasso entre a evolução  
372tecnológica e os processos. A tecnologia atropela os processos, os processos culturais, a  
373administração das mudanças, as gerências de processos andam infinitamente aquém da tecnologia.  
374Um outro grande problema é, digamos assim, o contraste entre os incluídos e os excluídos. Hoje, em  
375termos de governância, nós temos governância eletrônica, 99% das declarações de imposto de renda,

376ou seja, vinte milhões foram entregues pela internet. Nós temos dezesseis milhões de analfabetos,  
377temos cinquenta milhões de brasileiros na linha de miséria e, no entanto, temos quarenta milhões que  
378têm cartão de crédito. Os índices recentes de inclusão digital divulgado pelo IBGE disseram o  
379seguinte: há 14% de incluídos, os domésticos, e 27% nas escolas. Então, são dados assustadores do  
380contraste do nosso País. E corremos o risco, e tem que se adendar no mesmo compasso, que não  
381devemos fazer uma elitização dos nossos processos. Se não temos lá na ponta alguém que  
382consiga ver o que estamos vendo e pegar as nossas informações, vamos estar elitizando e conseguindo  
383chegar só naqueles que conseguem ter computador. Por último aqui, o planejamento ambiental, esse  
384problema é o mais complexo de todos e é o que mais nos afeta agora do sistema de municipalização,  
385que é um sistema de integração extremamente complexo. Ou seja, nós temos aqui, vamos dar uma  
386olhadinha rápida depois quais são esses componentes, e essa experiência que estamos tendo aqui com  
387o Plano Diretor de fato mostra que a Agenda 21, na verdade, ela está correta nesse aspecto do PPP,  
388que é o Processo de Planejamento Participativo. Os mecanismos de gestão pública, isso temos que ver  
389como se processa nos municípios, são muito difíceis de serem absorvidos pelas comunidades. Uma  
390das dificuldades que estava havendo aqui, do pessoal não dar retorno, de dificuldade, é exatamente  
391essa. É aquilo, quem tem internet, quem tem micro sabe, é uma parafernália de coisas, um dia estraga  
392o modem, outro dia tu perdeste o código, é a linha de comunicação que não funciona, tu tens  
393componentes para conseguir atrapalhar o teu trabalho. Não é aquela coisa que tu entras ali, *plug an*  
394*play*, como se chama, ligou e já sai processando. É muito complicado isso aí. Então, esse é um fator  
395que atrasa, dificulta muito as atividades. Nós temos aqui um outro fator que foi mencionado, eu  
396gostaria até de dar uma pinçada quanto a lei. A lei preconiza que as informações sejam anuais, isso é  
397um problema. Acho que deveria ser repensado, porque um dos atributos de qualidade essenciais do  
398sistema de informações é a tempestividade de informação, ela tem que estar disponível a hora que se  
399precisar. Agora imagina, o cara gera uma informação lá na ponta e depois de um ano vai  
400disponibilizar aquilo no sistema de informação. Então, digamos assim, a concepção da lei no  
401momento não foi sensível a esse detalhe. Eu acho que esse é um detalhe, primeiro, ela deixa uma  
402informação atrasada e danifica a atualização, a tempestividade de atualização de informações;  
403segundo, ela gera uma transcrição de informação, e isso como probidade de erro e com a probidade de  
404não ser informada. Então, temos que atentar bem para esse detalhe. Essa aqui, na verdade, só dar uma  
405comentada rápida, até foi de propósito, a visão do sistema nacional do meio ambiente está fora do  
406nosso contexto e visão. Eu trouxe aqui, vou passar para você depois, o contexto dela realmente é  
407muito complexo. Esse é o trabalho que está sendo desenvolvido e que é projeto para três, quatro anos,  
408e tem que ser um projeto de Governo, tem que ser fortalecido pelo Governo, tem que estar nas  
409estratégias políticas de Governo. Enquanto a informática e as funções da informática não entrarem as  
410estratégias de Governo, vai ser muito difícil de conduzir, a informação é cara de produzir, ela é muito  
411barata para reproduzir, mas para produzir é muito difícil. Então, temos aqui, vou passar para vocês  
412darem uma olhadinha, pegando nessa parte é a Secretaria de Meio Ambiente com as suas vinculadas,  
413depois os comitês e bacias, as ONGs, área municipal, o sistema nacional e o que cada um contribui  
414para esse sistema de gestão ambiental. Agora vamos passar rapidamente algumas informações, não  
415vamos nos deter em transparências de telas, de relatórios, porque acho que o foco aqui é realmente  
416sabemos em que contexto estamos e como essas coisas se acomodam e se ajustam para que a gente  
417consiga de uma forma mais rápida chegar aos resultados propostos. Falando um pouquinho da  
418PROCERGS, vocês sabem, ela fica ali atrás do prédio do Centro Administrativo. O que é a  
419PROCERGS? Uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Administração de  
420Recursos Humanos, constituição autorizada pela Lei 6.318, de 71, o início das operações em 72. Ou  
421seja, tem 31 anos a PROCERGS, já está bem madura, é uma empresa que hoje está com uma  
422consistência, é um parâmetro nacional, é uma referência nacional e em alguns casos uma referência  
423internacional. O negócio da PROCERGS são soluções em tecnologia da informação e  
424telecomunicações. Missão da PROCERGS: atuar como instrumento de vanguarda para a  
425modernização do serviço público, por meio da tecnologia da informação e comunicações em benefício  
426do cidadão. Então, vocês vejam que sempre se fala em informação e comunicação, fundiu, não se fala  
427mais separado informática ou comunicação. Isso aqui é interessante também, porque isso é o  
428problema da capilaridade. Hoje estamos presentes em oito pontos com as coordenadorias e temos  
429mais três pontos que têm unidades regionais. Temos unidades distribuídas com o pessoal, porque além  
430disso aqui teríamos depois outros pontos de presença, que são pontos, digamos assim, chamamos de

431 pontos de presença, onde temos equipamentos para formar a grande Rede RS. E essa Rede RS é  
432 fundamental, porque hoje o meio por onde as informações vão fluir, a capacidade de conduzir  
433 informação, se ela não tiver uma rede estruturada, ou ela é muito cara, ou ela não flui. Então, o Estado  
434 nesses últimos anos conseguiu montar essa rede, já está com esses cinco pontos de presença. Essa  
435 rede, na verdade, ela se conclui, só para ilustrar, ela tem uma rede de fibra ótica que sai aqui da antiga  
436 polícia e segue pelo cais do porto, faz a volta pelo Gasômetro e vai até o palácio da Polícia. Então,  
437 todos esses prédios da Administração Pública que estão ligados ao longo, como a Fazenda, a  
438 CORSAN, o Banrisul, o Tribunal de Contas, todos eles já estão vinculados a essa fibra ótica. É uma  
439 fibra de dez milhões de bits por segundo a velocidade, é muito de altíssima velocidade essa fibra.  
440 Aqui só estou dando uma idéia, ou seja, temos um serviço de acesso à Rede P; ou seja, quem está  
441 nessa rede, de qualquer, ela entra na rede em um ponto de presença da PROCERGS. Então, ela  
442 consegue entrar aqui e sair para a internet e se comunicar com qualquer componente da rede; ou seja,  
443 aqui pode ser município, pode ser agência da FEPAM, agência da SEMA, qualquer componente que  
444 for autorizado com segurança entra nessa rede. E essa é uma palavra importante, é segurança, ou seja,  
445 os *hackers* estão aí, se tu deixares o teu *site* disponível eles vão bagunçar o *site*. Hoje em dia existe  
446 uma organização mundial de *hackers*, que o prêmio deles é conseguir desbloquear segurança e fazer  
447 sacanagem nesses *sites*. É isso mesmo, o que eles fazem é bobagem, é brincadeira, estragam os *sites*  
448 das organizações, buscam informações, mas acima de tudo a destruição é o foco dos *hackers*. Aqui  
449 nós mostramos grandes serviços nessas redes, só gostaria de adiantar esse aqui, que é a voz sobre *b*,  
450 que se chama; ou seja, nessa mesma rede vai poder também se comunicar, voz vai correr na rede, vão  
451 eliminar os canais de telefone. Antes de entrar no sistema, peguei alguns exemplos de alguns volumes  
452 que hoje estamos processando, porque isso é importante para vocês, acho que temos que passar para  
453 vocês. Existe uma estrutura, existe hoje um processo, um sistema de informações que dão cobertura a  
454 procedimentos para os sistemas de grandíssimo porte. Como, por exemplo, o DETRAN, atingimos  
455 hoje 197 municípios, temos 600 credenciados do Centro de Formação de Condutores, registros, um  
456 cadastro de 2.927.000 condutores, 3.211.000 veículos. Olhem de multa o que houve, a partir de 98 em  
457 torno de 5.000.000 multas, estão registados; 900.000 transações/dia. Senhores, são 900.000  
458 transações/dia por um cliente. Isso aqui é um mega dado; depois mais 461.000 consultas na internet  
459 dia. Na CORSAN também é grande o volume, são 380 municípios abrangidos, possamos atingir hoje  
460 já 1.923.000 economias em uma população de 5.500.000 pessoas hoje atendidas por esse sistema. Na  
461 verdade, o sistema interagem com a economia. E nós temos aqui, só na CORSAN, 1.556 micros  
462 ligados na rede, a PROCERGS está hoje em torno de 30.000 componentes na sua rede. Depois, aqui o  
463 Tribunal de Justiça também é interessante, esse aqui, por exemplo, 1.000.000 de processos judiciais,  
464 em um total de 1.400.000 também estão lá na PROCERGS, 8.000 pontos atendidos, 130.000  
465 consultas/mês. Isso aqui é só para dar uma idéia para vocês, digamos assim, que hoje existe já  
466 sistemas de grandíssimos portes atendidos e que poderão suportar sem dúvida nenhuma o sistema do  
467 meio ambiente. Da municipalização: estamos dividindo em quatro componentes, por isso que eu disse  
468 que faremos de uma forma geral, porque entendemos assim, primeiro: vocês podem ver aqui que os  
469 agentes, na verdade, a PROCERGS já não é a detentora única das soluções, a telemática cresceu tanto  
470 que hoje a PROCERGS incorpora no seu *portfólio* de produtos soluções de mercado, não há como  
471 fazer tudo. Para vocês terem uma idéia, um exemplo bem interessante que ocorreu semana retrasada, o  
472 Governador esteve na PROCERGS para fazer o lançamento do pregão eletrônico. O pregão eletrônico  
473 é um processo que democratiza a participação nas licitações. Em São Paulo, por exemplo,  
474 conseguiram reduzir em 25% o custo que eles tinham. Imaginem o que representa para São Paulo 25%  
475 de custo. Então, foi interessante porque o Governador enquanto fazia a palestra dele nós lançamos o  
476 horário do pregão, e era um pregão quente, era uma compra de seis automóveis. Enquanto ele fazia  
477 apareceu o primeiro lance lá: 32.500; fazendo o discurso apareceu lá: 22.700. Quando ele terminou a  
478 palestra, terminou também o horário de encerramento das ofertas estava em 27.800, uma coisa assim,  
479 não chegou a 28.000, começou lá em cima com 32.000 e parou em 27.000; mas são soluções de  
480 mercado que a PROCERGS incorpora porque é muito mais barato e da mesma forma utilizamos aqui,  
481 por exemplo, a MICROSIGA que tem uma solução já com uma plataforma com 1.300 clientes. É uma  
482 solução segura e já passou pelo crivo da PROCERGS. Então, temos certeza que atende a essa  
483 demanda. E a PROCERGS se juntaria com data center, ou seja, o ambiente é processamento e o  
484 acesso e integridade aos dados, temos mais o aplicativo, que seria da MICROSIGA. Depois dados,  
485 processos e procedimentos, se os agentes aqui seriam SEMA, FEPAM e os municípios. E de

486comunicação ainda temos as linhas, pode ser fibra ótica, rádio, porque isso aqui seria de mercado  
487também. Então, nós temos a solução, só para vocês terem uma idéia, isso aqui é dividido entre  
488diversos players, como se chama, cada uma com as suas especializações. Aqui só explodimos um  
489pouco, não vamos falar, mas cada uma dessas aqui têm uma parafernália de coisa dentro. Na verdade,  
490é essa parafernália de coisas que precisam ser ajustadas, esse é o grande problema da informática  
491hoje. A tecnologia está toda aí, está sobrando tecnologia para a velocidade com que os processos  
492andam. Vocês imaginam aqui, para ter um data center precisa de licença do aplicativo do banco de  
493dados, serviço de sistema operacional, supervisão de *hardware*, avaliação da ocupação da qualidade  
494de linhas e vai embora. Isso aqui é uma loucura o que tem aqui no meio disso. E para terminar, temos  
495aqui, digamos assim, grandes linhas, as operações básicas do município. é lógico que nisso aqui nós já  
496estamos prevendo usar toda aquela parafernália que vimos lá trás. Nós teríamos aqui, primeiro, uma  
497consulta se o município estaria habilitado, é lógico, com toda a segurança. Isso aqui não foge do  
498modelo que a FEPAM tem de sistemas. O município estaria habilitado sim, a atividade de impacto  
499local, porque sem uma atividade de impacto local, ou seja, ele ficaria, se for positivo, ver-se entra na  
50005 ou na 16, ver-se aquele usuário está autorizado, senão estiver vai se encerrar a seção daquele  
501usuário. É interessante, aqui existe a possibilidade de fazer trilhas de auditoria, ou seja, registrar  
502informações que dêem indícios de fraude, indícios de tentativas de subornar o sistema. Nós  
503implementaremos nesse ponto aqui. Depois entra o registro de licenciamento, aí teríamos aqui as  
504atividades, os empreendedores, os profissionais e os dados dos licenciamentos, o registro do  
505licenciamento. Aqui tem aquela questão, se é para fazer emissão simultânea de algum documento,  
506como uma LP, ou qualquer documento que seja necessário. E se não for, como preconiza hoje a lei,  
507ou seja, como a informação é anual não precisaremos utilizar esse módulo aqui. Só para concluir, eu  
508lembro que um representante da ALGA fez uma menção interessante, que o grau de desenvolvimento  
509de um povo está diretamente ligado com o seu poder de comunicação, e de fato procede em gênero,  
510número e grau. E esse poder de comunicação, a informática e a telemática estão inseridos de uma  
511forma muito grande, muito pesada, ou seja, hoje não só ela apoia isso, viabiliza, na verdade. Alguns  
512processos que existem hoje, se não forem a telemática não há como serem feitos. Então, agradeço a  
513participação de todos aqui. **Sra. Karla Pipper:** Eu só gostaria de explicar porque colocamos a  
514PROCERGS a apresentar neste reunião, porque nós verificamos algumas deficiências no sistema que  
515temos hoje, e já sabemos disso. Existe um projeto, que é esse Projeto SIGA, que foi lançado no dia  
51615-06 e que vem trabalhando a questão da municipalização, não só a questão da municipalização, mas  
517dando prioridade às ações da municipalização. Verificando isso, verificando que temos algumas  
518deficiências já apontadas, fomos buscar a orientação da PROCERGS para que essas deficiências  
519possam ser sanadas. Coloco para os senhores, em linhas gerais, algumas coisas que aparecem aí, por  
520exemplo: o banco de dados hoje disponível pela FEPAM, nós estamos contemplando a Resolução 05.  
521Há sim uma outra resolução criada posterior a essa de 2001, que é a Resolução 016. Esse sistema de  
522dados possibilita que o usuário possa identificar qual é o tipo de licença que vai emitir. Por que isso?  
523Porque existem sistemáticas diferentes. Enquanto que as licenças que o técnico municipal vai emitir,  
524relacionadas a Resolução 05, ele vai ter que alimentar por meio de empreendimentos e  
525empreendedores. Enquanto que na Resolução 016 se fala em proprietário, fala-se em outras questões,  
526em hectares e em outras questões relacionadas. Então, o próprio sistema de informática vai identificar,  
527o usuário vai identificar para onde ele vai seguir. A partir daí vai ter uma série de tabelas onde ele vai  
528preenche-las e informar isso à Secretaria. Uma outra coisa que nós verificamos é quanto a equipe  
529técnica. Nós temos hoje, e posso mostrar aos senhores, toda a relação da equipe técnica ligada ao  
530licenciamento e à fiscalização de todos esses 74 municípios. Só que temos isso por meio de portarias  
531criadas e estando hoje no processo de habilitação. Nós queremos por meio desse sistema de  
532informática que o responsável técnico, não só aquele que emitiu a licença, como aquele e emitiu o  
533laudo técnico, possa estar aí em cada uma das licenças e que nós possamos saber quem são esses  
534profissionais. Inclusive existe uma possibilidade nesse sistema que esses profissionais estejam  
535cadastrados, e que, então, possamos realmente saber quem são os profissionais do Estado nessa área  
536de municipalização e que estão à frente desse processo e para cada município. Então, realmente, já  
537verificamos alguns pontos que temos que melhorar. Temos essas informações à disposição, mas  
538queremos que isso esteja de forma integrada. A questão da integração também passa pelo sistema da  
539Secretaria e da própria FEPAM, nós temos que fazer com que esses dados se cruzem. Os dados da  
540Secretaria precisam-se cruzar com o banco de dados do Estado que temos hoje. Hoje nós estamos

541fazendo isso, mas de uma forma ainda um pouco manual. Nós queremos por meio desse sistema de  
542informática que isso realmente aconteça. Eu estou explicando isso, o motivo pelo qual nós estamos  
543colocando a PROCERGS aqui e estamos com esse projeto identificando algumas falhas e procurando  
544saná-las. Então, eu gostaria de colocar a apresentar do projeto, acho que tem que fazer a instalação do  
545micro, para que os senhores possam conhecer o projeto. E gostaria novamente de enfatizar que temos  
546essas informações da equipe técnica, tanto do licenciamento como da fiscalização. E temos enfatizado  
547bastante lá na orientação dos municípios, que esse processo não é estanque; ou seja, ocorreu uma  
548mudança lá no município da equipe técnica, tem que nos enviar por meio de portaria quem são esses  
549novos técnicos que estão participando desse processo. Trago para os senhores também que esses  
550municípios que estão licenciando hoje no Estado estão buscando muito o convênio com universidades  
551e com associações municipais. Diria que esses últimos processos que passaram pelos senhores este  
552ano, pouquíssimos, ou quase nenhum, acho que nenhum talvez, a Káthia pode-me ajudar, tem uma  
553equipe técnica, e isso os senhores puderam observar pelos pareceres que há um convênio com as  
554universidades, ou com associação municipal. Então, temos muitas associações no Estado já se  
555conveniando para colocar uma equipe técnica à disposição. **Sr. Presidente:** Enquanto monta o  
556equipamento acho que podíamos abrir para perguntas e depois retornamos para a apresentação. **Sra.**  
557**Edi Xavier Fonseca:** A minha pergunta, Karla, é no sentido de que tu falaste que são 60 municípios  
558licenciados hoje? **Sra. Karla Pipper:** São 74 municípios. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** E 40 municípios  
559que vocês têm um sistema de controle anual. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Estão  
560habilitados há mais de um ano e estão comprados para entregar dentro do ano, conforme a resolução.  
561**Sra. Edi Xavier Fonseca:** E os outros municípios existe um convênio. Não ficou bem claro na  
562explicação dela. **Sra. Karla Pipper:** Eu passo aqui, Edi, a relação dos municípios habilitados e a data  
563da habilitação desses municípios. O que a Resolução 04, no art. 5º diz, e a resolução está aí nessa  
564pasta, na primeira folha, ela diz que o município tem que fornecer à SEMA as licenças emitidas  
565anualmente. Quer dizer, tem o período de um ano da habilitação do município para eles começarem a  
566emitir essa licença. Foi comentado pela PROCERGS que isso é uma coisa que eu acredito que temos  
567que rever, porque é um período muito longo que se passou para que nós possamos realmente começar  
568a monitorar. E pode ser no último dia desse prazo que o município sente à frente do computador e  
569almente esse sistema, mas a resolução do CONSEMA diz exatamente isso. Esses municípios hoje que  
570estão habilitados são 74, os apresentados são os 40 municípios, isso não significa que não tenhamos  
571outros municípios que estão alimentando o sistema, mas como estamos seguindo o que diz a  
572resolução, estamos apresentando aqueles municípios em que o prazo se esgotou. Com relação, Edi, à  
573questão dos convênios, é convênio para a equipe técnica, porque muitas vezes no município tem só  
574um técnico, por exemplo, um biólogo, e ele não tem condições de emitir licenças de uma área  
575química, por exemplo. Então, o que estamos orientando aos municípios é que busquem a parceria, por  
576meio de um convênio, com as universidades, ou com as associações municipais porque isso viabiliza e  
577dá esse suporte técnico para o processo. **Sr. Guilherme Dornelles:** Com relação aos municípios que  
578já receberam habilitação para a municipalização, todos têm acesso à internet? Essa é a primeira  
579pergunta. **Sr. Arai Paz:** Todos os treinamentos que fizemos, todas as Prefeituras disseram que tinham  
580acesso. Nem sempre diretamente no órgão ambiental. **Sr. Guilherme Dornelles:** Está respondido,  
581então, todos têm acesso. A questão que eu coloco é a seguinte: com relação ao diagnóstico ambiental  
582para o licenciamento existem bancos de dados, uma base de dados da Secretaria, também há outros  
583bancos de dados. Nós percebemos pela análise dos processos de licenciamento que os planos  
584ambientais dos municípios são extremamente frágeis e carentes de dados. Então, a pergunta é esta: de  
585que forma está havendo a troca de informações com as equipes técnicas desses municípios? Porque  
586tem-se refletido uma carência de dados, principalmente com relação às condições das bacias  
587hidrográficas, identificação e condições atuais das bacias, a situação atual de cada bacia dentro do  
588município. Também uma outra pergunta é com relação aos membros do Conselho. Se as organizações  
589e membros do Conselho não fariam parte desse SIGA, por exemplo, as Entidades da sociedade civil,  
590algumas são Entidades de trabalho voluntário. Elas não têm acesso à recursos para montar um sistema  
591de informática que esteja de acordo e no padrão para acessar até o padrão mínimo da rede. E mesmo  
592quando tem, no caso da AGAPAN, nós tínhamos no caso do Pró-Guaíba, e nós solicitamos várias  
593vezes acesso e não tivemos resposta. Quer dizer, esse sistema de informações é público, o caso de  
594Porto Alegre é exemplar, Porto Alegre tem um sistema de imagens de satélites que só é permitido  
595acesso a poucos técnicos dentro de algumas secretarias. Quer dizer, essas informações são públicas,

596nós gostaríamos de saber se haverá disponibilidade das informações e se o Fundo Estadual de Meio  
597Ambiente também vai trabalhar no sentido de dispor de infra-estrutura pelo menos para os membros  
598do Conselho, porque isso está na Constituição Estadual o aporte técnico, o apoio técnico às  
599instituições da área ambiental. Então, são essas colocações que eu quero deixar aqui para ver-se são  
600respondidas. **Sr. Presidente:** Nós vamos passar para a apresentação e depois a Karla continua com as  
601respostas. **Sra. Karla Pipper:** Eu gostaria de responder a tua pergunta, dizendo o seguinte: com  
602relação aos planos ambientais nós sabemos e devido a essa preocupação não só com os senhores, mas  
603também com a Câmara Técnica, nós sabemos que o plano ambiental está muito aquém do que  
604deveríamos ter, gostaríamos de ter. O que estamos fazendo é por meio dessa central de atendimento,  
605procurando orientar o melhor possível os municípios para a elaboração do plano ambiental. Eu trago  
606para vocês uma verificação triste. Muitas vezes nós sentamos com os municípios, mais de duas horas  
607às vezes, explicando como fazer, o que deve ter dentro do plano ambiental, e quando apresenta um  
608plano ambiental, ainda sim, não está bom. Então, há muita coisa sendo feita, sendo trabalhada, a  
609participação no Pró-Guaíba disponibilizando os mapas que existem, são 292 municípios do Estado  
610que têm alguns mapas, não já referenciados, mas mapas atualizados, também está auxiliando os  
611municípios nesse processo. Uma preocupação grande da Câmara Técnica, mais especificamente do  
612Presidente da Câmara Técnica, e da Comissão de Municipalização, é que esse plano ambiental não  
613é mais um instrumento a estar dentro do processo. Nós viemos incansavelmente falando isso para os  
614técnicos municipais. Esse plano ambiental é um instrumentos do técnico lá no campo e ele tem que  
615estar sendo atualizado diariamente, porque diariamente ele está conhecendo coisas novas, coisas que  
616não estão ali no plano ambiental. O que nós sentimos é que o plano ambiental muitas vezes é  
617academicamente muito bom, uma apresentação perfeita, mas não é instrumento de trabalho dos  
618técnicos municipais. E mais, quando há a participação de consultores nesse processo, temos  
619enfático bastante que o consultor venha a somar sim, só que nunca pode esquecer que o técnico  
620municipal é ele que vai realmente responder por isso na emissão de suas licenças. Então, ele tem que  
621estar participando na elaboração desse plano ambiental, não é o consultor ir lá, entrou o documento e  
622o técnico não estar participando nisso. Isso temos enfatizado bastante aos municípios que têm nos  
623procurado, que não são poucos, uma grande parte do Rio Grande do Sul tem estado aqui na Secretaria,  
624por meio dessa central de atendimento. E uma outra coisa que vem ocorrendo também, que nós  
625notamos, é que desses 74 municípios que estão habilitados, 21 são municípios com população maior  
626do que 50.000 habitantes, os outros são populações que variam entre 5.000 e 30.000 habitantes.  
627Então, existe ainda uma grande parte dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul que têm  
628condições de montar uma equipe multidisciplinar e que não estão dentro desse processo, que estão  
629talvez ainda buscando pelos mais variados motivos não estão participando desse processo. Eu gostaria  
630de colocar que nós, dentro dessa linha PROCERGS não buscamos a integração de todos os sistemas  
631existentes. Então, isso realmente é um fato, muitas vezes temos os dados disponibilizados na FEPAM,  
632mas não temos um Pró-Guaíba, temos da SEMA, temos o inventário florestal do DEFAP. Nós  
633queremos por meio do sistema de informática integrar tudo isso, como estamos fazendo isso? Existe  
634um grupo de trabalho formado por técnicos que está fazendo em um primeiro momento um  
635levantamento do que nós temos já pronto, o que cada um tem disponível, e o que o outro precisa  
636dessas informações. Esse trabalho já está começando a ser feito, mas existe uma longa caminhada  
637ainda pela frente para que possamos realmente fazer um cruzamento de todas essas informações que  
638já existem no Estado. Por meio desse sistema de integração vamos disponibilizar todas as  
639informações. Essa maneira com o Pró-Guaíba é uma fórmula que estamos disponibilizando, na  
640verdade, é a sociedade que está buscando essas informações, são consultores, eles estão buscando. E,  
641realmente, estamos procurando e aqui estou apresentando para os senhores, e vocês podem ter notado  
642que eu não só apresentei os pontos que nós já modificamos, mas aqueles que já notamos que têm  
643problemas, com a seguinte idéia de transparência: realmente temos que somar e é com essa idéia que  
644estamos apresentando esse sistema e procurando integrar e disponibilizar para a sociedade esses dados  
645que existem no estado hoje. **Sr. Alexandre Bugin:** Karla, eu gostaria de fazer, primeiro, uma rápida  
646pergunta e depois fazer uma colocação. Desses municípios que deveriam ter apresentado as  
647informações, já venceu o prazo e não apresentaram, qual a ação que está sendo tomada pela Comissão  
648no sentido de que venham a prestação? E se há algum município que corra o risco de agora em abril,  
649ou maio, quando vencem dois anos, vencer dois anos do prazo e não ter apresentado a informação?  
650Depois eu queria continuar. **Sra. Karla Pipper:** Não há nenhum município ainda que vá vencer em

651 março. Nós temos aqui a relação dos municípios e a data da habilitação deles. Nesses municípios em  
652 que foram chamamos às reuniões e buscaram essas informações. Agora, neste ano, no mês de  
653 setembro, outubro e novembro fizemos três cursos de treinamento para esses técnicos. Novamente,  
654 esses técnicos estavam presentes. E nós notamos que nesse momento trouxemos vários desses  
655 técnicos, várias dessas informações para o banco de dados. Então, o que estamos fazendo é de todas  
656 as maneiras possíveis informando esse técnicos que não é só fazer bem a licença, mas sim informar. E  
657 por meio dessa resolução criada por este Conselho é necessário informar a SEMA e a FEPAM de  
658 como estão emitindo essas licenças, e que nós temos sim que apresentar relatórios ao CONSEMA,  
659 onde quem fica prejudica pé a imagem do município e não a imagem do técnico. É com essa linha que  
660 nós viemos trabalhando, temos enviado ofícios para os municípios, temos realmente trabalhado na  
661 medida de trazer cada vez mais esses municípios para dentro. Quem define como vai ser trabalhada  
662 essa questão dos municípios é o CONSEMA. Lá na Resolução 04 diz exatamente o que o CONSEMA  
663 pode fazer com os municípios que por algum motivo não estejam trabalhando, ou fazendo a sua parte.  
664 Nós estamos enfatizando por meio da Comissão de Municipalização como deve ser feito. a Comissão  
665 de Municipalização tem um caráter, sem dúvida nenhuma, de orientar. Então, nós estamos orientando  
666 o caráter de punitivo de fiscalizador é o CONSEMA, é ele quem homologa a habilitação, esse, se for o  
667 caso, desabilita o processo. Então, realmente é dessa maneira que viemos trabalhando. Acho que eu  
668 respondi a tua pergunta. Havia mais alguma? **Sr. Alexandre Bugin:** É exatamente isso, quer dizer, há  
669 outra colocação, mas em relação a essas questões acho que cabe talvez mais adiante, o CONSEMA  
670 receber essas informações, porque a partir de março, por exemplo, há alguns municípios que são dois  
671 anos de habilitação. Quer dizer, apresentaram ou não, essa informação é importante para o  
672 CONSEMA ter atualizado para até tomar as medidas. A outra colocação que eu queria fazer é que  
673 vejo a questão da municipalização, após essas apresentações de duas formas: uma é a questão do  
674 processo de sistematização das informações, do controle das informações que vejo aqui que existe um  
675 bom planejamento e a concepção. E vocês estão identificando os problemas que existem atualmente,  
676 alguns problemas do sistema, mas a gente vê claramente que existe a busca e o encaminhamento das  
677 soluções, no meu entendimento. A outra questão, que é a que tu colocaste, já foi identificado e é o que  
678 vemos identificando há um bom tempo dentro do CONSEMA, nas discussões, é a questão conceitual  
679 do licenciamento dos municípios. É mais a questão da habilitação do próprio município no sentido do  
680 plano ambiental, da capacitação técnica de estrutura dos municípios. Aí vem a questão que eu entendo  
681 hoje, já que a questão das informações operacionais estão sendo bem estruturadas em termos de  
682 planejamento, aí que eu acho que o CONSEMA deve-se debruçar um pouco mais com a Câmara  
683 Técnica, inclusive articulado com a SEMA, aí falo SEMA com FEPAM, porque sabemos que a  
684 SEMA tem um objetivo em termos de números de municípios a serem habilitados, mas temos que  
685 fazer um planejamento para que isso não seja uma bola de neve que depois a gente não consiga buscar  
686 o prejuízo em termos de problemas. Então, talvez fazer uma articulação com a SEMA, CONSEMA,  
687 Câmara Técnica, no sentido de ver exatamente como vai-se dar esses processos no ano que vem para  
688 que se ajustem as questões dos planos ambientais. Os comitês de bacias vêm colocando isso nas suas  
689 reuniões, de todos os comitês, que os planos ambientais não estão levando em consideração os  
690 planos de bacias que estão sendo estruturadas pelos comitês. E de acordo com a lei estão começando a  
691 ser trabalhados pelos comitês, e os planos ambientais dos municípios não estão levando em  
692 consideração o que vai ser feito em termos de plano de bacia. Então, quer dizer, existe uma  
693 desconexão que é importante, os comitês de bacia têm reclamado essa questão no âmbito dos comitês.  
694 Então, entendo que é, talvez aí o Prof. Mário pode dar a sua posição, mas acho importante fazermos  
695 um trabalho, debruçar-se um pouco mais para ver exatamente o que pode ser trabalhado no sentido do  
696 ano que vem em termos de habilitação, para que o município simplesmente ao entregar o processo na  
697 Câmara não se sintam: ah, não, eu tenho que ter a minha habilitação; como já aconteceu aqui em várias  
698 reuniões dentro do CONSEMA, de sermos meio até que insultados pelos municípios porque acharam  
699 que nós estávamos sentando em cima do processo, e não é verdade. Então, acho que temos que talvez  
700 trabalhar nesse questão, já que essa questão de sistematização e operação me parece que está bem  
701 encaminhada. **Sra. Karla Pipper:** Só deixe-me fazer um comentário com relação ao que tu falaste. Eu  
702 acredito sim que o CONSEMA e a Câmara Técnica tem que se somar a esse processo. Vou dizer  
703 porque: estamos incansavelmente orientando esses municípios, não só para a elaboração do plano  
704 como em questões de lei. A lei do Conselho é uma das leis com maior dificuldade de elaboração dos  
705 municípios, porque eles são extremamente tendenciosos a botar mais governamental, ou mais não

706 governamental a questão de não colocar o deliberativo no processo, a questão do Conselho estar  
707 subordinado ao Prefeito. Tudo isso nós estamos extremamente atentos para que isso não ocorra. A  
708 participação do Conselho e da Câmara Técnica nos auxiliaria na questão de fiscalizar. Eu digo no  
709 fiscalizar físico, aquele de ir a campo e verificar por amostragem como está ocorrendo esses  
710 processos, porque temos hoje essas informações. E eu trago aos senhores que essa preocupação é uma  
711 preocupação da Comissão de Municipalização. A Comissão de Municipalização está planejando fazer  
712 algumas visitas aos municípios com caráter de orientação para o ano que vem, justamente para  
713 verificarmos o que está ocorrendo. Quando nós trabalhamos essa interface município e Estado,  
714 município e Secretaria, o que temos recebido é que muitas vezes o município traz, e isso está à  
715 disposição na Central de Atendimento, como ele está emitindo a licença, quem são os responsáveis  
716 pela emissão da licença. Isso é muito bom, porque não só temos a informação por meio do sistema de  
717 informática como temos o físico, como ele está fazendo isso. E muitas vezes ele tende a errar, a  
718 colocar uma pessoa que não deve emitir a licença, ou licenciar o que não pode, ou de maneira não  
719 correta e muitas vezes é por falta de conhecimento do técnico. Então, isso realmente acho que só vem  
720 a somar ao processo. **Sr. Guilherme Dornelles:** Eu estou retornando a segunda parte da pergunta, que  
721 é com relação a disponibilidade dos dados. Foi citado na apresentação da PROCERGS que parece que  
722 a CORSAN, não sei qual o órgão, tem trinta mil computadores conectados, ou três mil, de qualquer  
723 forma, por exemplo, a sede da AGAPAN fica dentro do anel de fibra ótica. Estamos há vários anos  
724 solicitando o acesso a isso, da mesma forma que os órgãos públicos têm acesso. Então, qual é a  
725 dificuldade real que existe para que os membros do Conselho do Pró-Guaíba, ou do Conselho  
726 Estadual do Meio Ambiente, ou de vários Conselhos e comitês que a gente participa de decisão de  
727 políticas públicas na área ambiental tenham acesso a essa rede. Qual a dificuldade? Essa é a pergunta  
728 que estou fazendo, porque acho que as instituições da sociedade civil que participam desses fóruns  
729 têm o direito assegurado pela Constituição Estadual de ter o aporte técnico para receber informação e  
730 se qualificar para os processos de decisão. Então, a pergunta continua no ar. **Sr. Geraldo André**  
731 **Susin:** Complementando a questão levantada pelo Guilherme, nós também temos essa preocupação de  
732 ter acesso ao relatório completo, porque foi apresentado um resumo quantitativo. Então, gostaríamos,  
733 são 74 municípios, onde 40 municípios só já venceu o ano previsto em lei. Então, gostaríamos de ver  
734 qual a forma e que se disponibilizasse o relatório completo. Obrigado. **Sra. Kathia Maria**  
735 **Vasconcellos Monteiro:** Eu queria solicitar que essa apresentação fosse enviada aos Conselheiros.  
736 também queria solicitar um detalhamento maior, porque quando colocaram a atividade ali, para quem  
737 não trabalha com licenciamento fica muito difícil ver que tipo de empresa, de empreendimento se  
738 encaixa em qual atividade. É para termos uma idéia. Falou-se ali na parte de calçados, que tipo de  
739 empresa é essa? É a que curte o couro, é a que corta o couro, a que monta o sapato? Se vocês teriam  
740 condições de dizer realmente, principalmente daqueles municípios que licenciaram mais, que tipo de  
741 empreendimento estão licenciando, fábrica de que, para que possamos ter uma idéia. Queria saber  
742 também se desses municípios que já concederam licença de operação, se foi feito algum tipo de  
743 monitoramento para ver a qualidade dessas licenças, se realmente está conseguindo atingir a um  
744 padrão mínimo de qualidade já neste primeiro ano, ou se vamos ter que investir um pouco mais nisso.  
745 **Sr. Clebes Pinheiro:** Conselheira Káthia, é possível dar um grau de relacionamento maior, é possível  
746 sim, pelo nosso banco de dados é possível. O que seria interessante é se os Conselheiros  
747 oficializassem o pedido junto à Presidência do CONSEMA para enviarmos. **Sra. Edi Xavier**  
748 **Fonseca:** A Plenária é oficial. **Sr. Clebes Pinheiro:** Será enviado, então. Só que daí a Presidência  
749 passa para nós e nós fazemos esse envio para os municípios. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Da  
750 apresentação que foi feita aqui pela Karla e pelo Nelson, fica evidente que temos o cuidado de  
751 reconhecer que estamos no transcurso de um processo que ainda contém defasagens. Vejam aqui que  
752 os licenciamentos que foram citados são aqueles previstos pela Resolução, mas os municípios fazem  
753 muito mais. Nós pretendemos ter, por esse novo sistema, o conhecimento desse todo, conhecer as  
754 pessoas envolvidas. Estamos de alguma maneira estimulando – e tenho cumprido essa missão em  
755 nome do Secretário, até porque venho da área acadêmica e trabalhei antes em uma Pasta que lidava  
756 muito com as universidades – de trazer estas para dentro do processo, dando aos municípios o suporte  
757 científico e tecnológico. Nós temos ido também às associações de municípios, estimulando-as para  
758 que façam convênios com as universidades, para terem pareceres qualificados, para terem suporte,  
759 para terem treinamento, enfim, a qualificação do seu pessoal. Da mesma forma, esperamos que as  
760 associações de municípios mantenham equipes polivalentes, com geólogos, biólogos, engenheiros

761florestais, etc., sendo, pois, o mais amplo possível para dar suporte ao trabalho dos municípios,  
762especialmente os menores, que não têm condições de manter equipes multidisciplinares. Quanto aos  
763acesso das entidades aqui representadas a todos esses dados, quero dizer que não temos ainda um  
764sistema que possibilite colocá-los diretamente no computador da pessoa, lá na sua casa, ou na sua  
765entidade, se interconectados. Mas pode-se pensar em como viabilizar isso para o futuro. Agora, é  
766certo que o sistema proposto aqui não exclui que o Conselheiro e as entidades públicas que  
767tenham interesse possam acessar aquelas informações passíveis de serem disponibilizadas.  
768Particularmente, não vejo dificuldade que os Conselheiros possam, digamos assim, identificados  
769mediante uma senha, ter acesso a todo esse conjunto de dados. Agora, isso é ainda um projeto em  
770gestação, estamos trabalhando para firmar um contrato com a PROCERGS, que preveja a integração  
771dos vários sistemas em uso, para se ter uma base muito mais ampla de informações. Portanto, é um  
772processo em andamento. Há limitações? Há. Agora, eu tenho o entendimento que é preferível ter  
773algum plano ambiental a nenhum plano ambiental. É preferível ter Conselhos nos municípios, ainda  
774que comecem não tanto no formato como desejaríamos, mas que tenham essencialmente o caráter  
775deliberativo. Os senhores viram a última pesquisa do IBGE o que mostrou? Há pouca quantidade de  
776municípios que têm órgãos ambientais, e pouquíssima quantidade de municípios que têm Conselhos  
777de Meio Ambiente. Esse assunto está sendo discutido também no plano nacional, inclusive no  
778Conselho Nacional do Meio Ambiente, em Brasília. Nós queremos aumentar essa base. Então, esse é  
779um esforço coletivo. Há a necessidade de um acompanhamento? Há. Nós estamos tomando  
780providências para que haja um trabalho amostral?. Sim. Agora, esse é um processo que vai sobre a  
781marcha. Ou paramos e vamos checar tudo, ou vamos continuar andando e fazendo as correções de  
782rumo necessárias. Quero lembrar que com esse processo estamos conseguindo descentralizar e abrir  
783mais a base de abrangência dos licenciamentos, agregando aquilo que o município licencia. Então, a  
784predisposição da Secretaria é tornar o sistema ágil, o mais completo possível e sem nenhum  
785preconceito quanto à publicização dos dados passíveis de serem divulgados. **Sr. Presidente:** A  
786palavra continua à disposição. **Sr. Sérgio Luiz de Carvalho Leite:** Eu gostaria de um esclarecimento  
787em relação aquela assunto que o Clebes chamou atenção, a diferença entre as atribuições do DEFAP e  
788da FEPAM. E mais, em alguns casos onde fica essa interface município, FEPAM e DEFAP, posso dar  
789um exemplo objetivo, por exemplo: um loteamento com vegetação do domínio da Mata Atlântica, até  
790onde entra o município, até onde entra a FEPAM e o papel do DEFAP. Um objetivo desses. **Sra.**  
791**Karla Piper:** Eu acredito que para responder melhor essa questão teríamos que ter técnicos do  
792DEFAP que com certeza responderiam com muito mais propriedade. Essa questão FEPAM e DEFAP  
793vem sendo também trabalhado na questão de integrar essas licenças e no sentido sim de se trabalhar o  
794mais integrado possível. Eu acharia que seria bem melhor se um engenheiro florestal e não uma  
795engenheira química explicasse essa questão. **Sr. Presidente:** Como regra geral os licenciamentos de  
796loteamentos aprovados aqui pela FEPAM são licenciados pelo DEFAP os cortes. A FEPAM, na  
797realidade, faz a proteção necessária na área, a área que sobrou para fins urbanísticos, que não está  
798protegida pela FEPAM; ou seja, o que sobrou nessa área o DEFAP autoriza os cortes como regra  
799geral. Então, conforme situação dentro dos lotes, quando a área já está urbanizada, o município  
800autoriza alguns cortes, mas seria melhor o DEFAP mesmo explicar como dividiu isso com os  
801municípios. **Sra. Carmem Franco:** Só completando o esclarecimento: a partir de abril deste ano o  
802Secretário Wenzel, por portaria, a Portaria 10/03, instituiu um grupo para trabalhar a questão do  
803licenciamento integrado, FEPAM, DEFAP e DRH. Esse grupo vem-se reunindo, buscando não só a  
804clarear as áreas de sombreamento existentes entre os três órgãos, mas também facilitar a vida do  
805nosso usuário. Nós tivemos semana passada uma reunião de dois dias em oficinas, onde as três  
806instituições discutiram bastante e amanhã nós temos uma reunião também marcada. Acredito que are  
807o final do ano, está muito próximo, mas que início do ano que vem vamos ter clarificada essa questão  
808das atribuições, porque as atribuições estão contidas em lei, mas muitas vezes na prática existe esse  
809sombreamento, e é isso que estamos buscando. Eu acredito que, então, no mês de janeiro teríamos  
810efetivamente informações mais efetivas para prestar aqui aos senhores. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues**  
811**Cunha:** Eu gostaria de aduzir à preocupação do Conselheiro o seguinte: ainda na fase que chamamos  
812de transição de Governo, quando a estávamos nos preparando para assumir o Governo, foi feito um  
813diagnóstico das várias situações, digamos, críticas, com as quais iríamos nos deparar. E uma delas foi  
814essa que a Carmem Franco lembrou muito bem. Quer dizer, se o sujeito tem uma determinada  
815demanda, ele tem que entrar em três guichês diferentes, no DRH, no DEFAP e muitas vezes também

816na FEPAM. Isso é incompreensível do ponto de vista de serviço ao cidadão. Então, esse grupo  
817instituído pelo Secretário vem atuando no sentido de que se possa ter um sistema integrado, em que as  
818partes se comuniquem entre si. O que eu considero, senhores, é o seguinte: a SEMA tem pouco mais  
819de quatro anos de existência. Nós trouxemos o DRH da Secretaria de Obras, trouxemos o DEFAP da  
820Secretaria de Agricultura, juntamos grupos que não necessariamente estavam habituados a um  
821trabalho integrado. Hoje coabitamos o mesmo espaço e há pouca diferença, digamos assim, na  
822linguagem que falamos, afora o fato que a própria FEPAM, que é o órgão licenciador, tem um caráter  
823completamente diferente. Então, o primeiro trabalho é isso: nos unificarmos, termos uma linguagem  
824única e, ao mesmo tempo, “trocamos figurinhas”. Quer dizer, essas críticas que são colocadas vale  
825para o Governo estadual, mas vale também para o Município, vale para o Governo Federal. O que a  
826Ministra Marina Silva mais prega hoje é a horizontalidade, mas vemos coisas preocupantes ocorrendo  
827por aí porque as pessoas não estão se falando. Quer dizer, isso é um esforço permanente. Quero  
828lembrar que essa é uma preocupação nossa desde antes mesmo da assunção do Governo, mas isso  
829demanda algum tempo. Naturalmente que esperamos superar isso no mais curto prazo possível.  
830Quanto mais aproximarmos esse corpo técnico e definirmos a linguagem que vamos falar, melhor o  
831serviço que prestamos e melhor também a qualidade daquilo que chega até o nosso cidadão. **Sr.**  
832**Guilherme Dornelles:** O meu questionamento é o seguinte: é com relação aos critérios utilizados  
833pela Câmara Técnica para aprovação da habilitação do município. Em primeiro lugar, a pergunta é  
834bem objetiva: os critérios são excludentes ou não? Não cumpriu o que determina a resolução o  
835município não tem apreciado o seu processo de solicitação de habilitação. É como se fosse uma  
836tragem, precisa documentação. Então, essa é a primeira pergunta, bem objetiva: ele está sendo  
837cumprido ou não dentro da Câmara Técnica? O critério está sendo cumprido à risca ou não? Por que  
838dessa pergunta? Porque no caso da habilitação do Município de Não-Me-Toque foi citado inclusive  
839no parecer jurídico da assessoria da Secretaria diversas regularidades, que eram claras e evidentes, e a  
840Comissão mesmo assim em um segundo momento indicou o município como passível de receber a  
841habilitação. Então, a pergunta é bem objetiva nesse sentido: os critérios são de triagem  
842excludentes ou não? A segunda colocação seria com relação à questão do objetivo desta reunião. Esta  
843reunião teve objetivo aprofundarmos e avaliarmos o trabalho da Câmara Técnica e o trabalho do  
844sistema como um todo nesse processo, que interessa a todos e desafogar a FEPAM nesse volume  
845imenso de processos para licenciamento. Nós precisamos racionalizar esses processos. Então, a  
846transferência ao poder local, ao município, dessa competência interessa muito, mas a sociedade  
847precisa ter os seus mecanismos de resguardo, para que não haja abusos, ou se esteja aprovando em  
848nome de um coletivo maior coisas que realmente já são coisas que foram ultrapassadas, e que não  
849precisamos estar reinventando a roda. Então, o que quero colocar é o seguinte: dentre os critérios que  
850a resolução estabelece fala claramente na existência de um Conselho Municipal de Meio Ambiente,  
851um Conselho deliberativo e no mínimo paritário com a sociedade, Entidades da sociedade civil,  
852porque fala em 50% de organizações da sociedade civil. Mas o papel deste Conselho é também  
853apreciar os processos que vão ser instaurados no município que venham a causar impacto ambiental  
854significativo, ou de degradação ambiental significativa. Então, o nosso entendimento enquanto  
855sociedade civil é que o Conselho de Meio Ambiente é o controle social na área ambiental. O que tem  
856ocorrido é que muitas vezes um licenciamento foge ao âmbito do município, passa para o âmbito da  
857FEPAM, mas o município ao transferir esse licenciamento, seja por imposição legal, ou por um  
858acordo entre a FEPAM e o órgão municipal ambiental, ele esquece que existe um Conselho de meio  
859ambiente no município e que pelo Sistema Nacional de Meio Ambiente e o Conselho de Meio  
860Ambiente tem que ser ouvido, tem que ser deliberado e aprovado aquele projeto também pelo  
861Conselho. Isso faz parte de uma lógica de sistema. Então, estamos pensando e a proposta é essa, que  
862na avaliação dos trabalhos da Câmara Técnica, das resoluções, que se coloque também que a  
863interpretação da legislação ambiental exige do Conselho Municipal do Meio Ambiente que também  
864aprove os projetos de licenciamento. Aí há os portes, há diferentes portes. O Conselho não vai aprovar  
865projeto de licenciamento de padaria, há que também se ter critérios para isso. Então, essa é a proposta  
866de discussão que eu coloco aqui nesse trabalho de reavaliação dos trabalhos da Câmara Técnica. **Sr.**  
867**Presidente:** Eu passo a palavra, inicialmente, a palavra ao Prof. Mário Teixeira, que houve uma  
868solicitação a resposta da Câmara Técnica, depois o Conselheiro Cunha. **Sr. Mário Buede Teixeira:**  
869Boa-tarde a todos. É com muita satisfação que estamos aqui, a convite do Sr. Presidente da Câmara  
870Técnica. Para responder a sua pergunta gostaria de dizer que, na verdade, é uma Câmara Técnica que

871temos. Na verdade, é uma Câmara Técnica, deveríamos ter mais técnicos, mas nem todos são técnicos  
872representantes das Entidades. Por exemplo, se tivermos lá na nossa Câmara Técnica alguém que tenha  
873conhecimentos profundos de vegetação, eventualmente ele vai analisar um plano ambiental com muito  
874mais acuidade do que outro que não tem esse conhecimento. Então, eventualmente vamos poder ter  
875uma interpretação de que o plano ambiental não atende as necessidades de um plano ambiental. É o  
876meu caso, a minha área é de vegetação, eu percebi que o plano ambiental tinha algumas falhas com  
877relação à vegetação. Para mim não podia passar o plano, por isso que o meu voto foi vencido. Os  
878outros que não tinham, eventualmente, esses conhecimentos de vegetação deixaram passar. Como  
879estamos fazendo uma votação por maioria, hoje na maioria, e o plano ambiental passou na Câmara  
880Técnica, por isso que aconteceu isso. não sei se esclareci. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Eu  
881havia levantado uma Questão de Ordem apenas para orientar o Conselheiro no seguinte: não é  
882competência nossa querer impingir aos Conselhos Municipais a obrigatoriedade de crivar o que está  
883sendo licenciado, porque as atribuições de cada um deles é definida no ato de sua criação. Acho que  
884isso pode ser um propósito, digamos, ideal de sua parte, mas teríamos que construir um formato legal  
885para isso. Mas não temos competência para impor-lhes essa missão. Acho que no momento em que há  
886Conselhos Municipais, eles têm que ser ativos, eles têm que cobrar ações, assim como se cobra neste,  
887como se cobra no Conselho Nacional. **Sr. Guilherme Dornelles:** A primeira parte da pergunta é  
888sobre os critérios excludentes ou não. Essa pergunta continua em pé, porque acho que o CONSEMA  
889deve-se pautar e ser extremamente rígido nessa questão, porque não temos essa pressa em transferir o  
890licenciamento para os municípios, porque vamos ter surpresas desagradáveis se for feito com pressa  
891isso. Nós temos necessidade, mas a pressa não é nossa agora. Segundo, eu não falei de um processo  
892específico, citei o exemplo do Não-Me-Toque porque foi o processo que eu analisei mais  
893detalhadamente. Só citei esse exemplo, mas é um exemplo que serve, de forma geral, talvez para  
894todos os outros processos com relação a uma discussão maior que o Plenário talvez aqui tenha que  
895fazer com relação aos critérios especificados pelas resoluções. Acho que poderíamos aprofundar um  
896pouco aqui essa discussão, o objetivo é esse, foi esse o sentido da proposta. **Sr. Clebes Pinheiro:** Vou  
897colocar enquanto membro dessa Câmara Técnica, Titular pela FEPAM, nomeado pelo Presidente na  
898condição de avaliador. Eu coloco que a questão de Não-Me-Toque no meu ponto de vista é uma  
899questão ímpar. Todos os processos que eu tive acesso, pautei-me, os membros também sempre se  
900pautaram, porque nenhum processo que estivesse com uma lacuna de cunho jurídico ia vir até o  
901Plenário. Sempre nos pautamos por isso, mas essa questão que o Guilherme coloca acho que é  
902premente, nós discutimos talvez alguns critérios postos ali. Particularmente, a questão dos técnicos  
903municipais é pauta de debate sobre a questão. Sob o ponto de vista legal, jurídico, temos sido bastante  
904criteriosos, às vezes tem realmente algum problema de interpretação sobre um plano ambiental que  
905não traz determinada informação. Isso gera alguma discussão, mas não ao ponto de lacuna sob o ponto  
906de vista legal. **Sra. Carmem Franco:** Eu faço parte não só da Comissão de Municipalização da  
907SEMA pela FEPAM, mas sou Suplente do Clebes na Câmara Técnica. Então, acho que ao usar os  
908termos com os quais o Conselheiro fez a pergunta, eu gostaria de dizer que sim, que os critérios são  
909excludentes e que os processos não saem da Comissão de Municipalização para a Câmara Técnica se  
910esses critérios não estiverem obedecidos, não estiverem explicitados, contemplados no processo de  
911habilitação. O que muitas vezes tem ocorrido é a questão do Estatuto das Cidades os Planos Diretores  
912foram objeto de um alongamento, de um período maior de tempo, ou melhor dizendo, o município  
913recebeu um tempo maior para cumprimento do Plano Diretor pelo Estatuto das Cidades. Então, muitas  
914vezes no parecer jurídico pode constar, ou no próprio processo, o Plano Diretor não está completo, ou  
915não está contemplado, mas isso é explicado no parecer, em uma questão de observância ao Estatuto  
916das Cidades que alongou esse período. **Sra. Karla Pippet:** Na verdade, essa adequação ao  
917Estatuto das Cidades é por meio de uma lei que dá o prazo até 2007 ao município para fazer isso.  
918Então, não é a Secretaria que está fazendo isso, é a lei que permite e nós estamos fazendo essa  
919observação mesmo assim nos nossos pareceres jurídicos. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** Eu vou  
920falar mais uma vez uma questão que tenho repetido aqui. A SEMA não tem nenhuma preocupação em  
921querer acelerar o processo de habilitação dos municípios ao licenciamento ambiental. Nós somos os  
922mais interessados em que isso seja feito com o máximo critério possível. Eu vou trazer ao Plenário,  
923novamente, uma preocupação de algo que eu submeti aqui, que é a realidade deste Conselho e que,  
924diferentemente do Conselho Nacional, as nossas Câmaras Técnicas tomam a deliberação por voto. Há  
925um entendimento, em Conselhos semelhantes aos nossos, que o único espaço de votação deveria ser a

926 Plenária. O Regimento do Conselho Nacional vai nessa linha, e já citei isso. Por quê? Porque sempre  
927 vai haver, em um coletivo de pessoas, alguém que possa ter uma voz destoante, um entendimento  
928 diferenciado quanto a determinado juízo de valor. O próprio Presidente da Câmara Técnica expôs,  
929 pelas suas convicções, pela sua formação, pelo seu conhecimento, o porquê dele não ter dado esse  
930 voto. No entanto, pela circunstância de o encaminhamento ter que ser tomado por votação, ele foi  
931 voto vencido. E isso passa, de alguma maneira, aos Conselheiros, uma certa insegurança.  
932 Sintomaticamente, sempre que houve processos aqui nos quais alguém da Câmara deu voto contrário,  
933 algum Conselheiro pediu vistas, ou levantou algum tipo de preocupação quanto ao processo. Nós  
934 temos que amadurecer essa questão para mais adiante. Não quero com isso esvaziar o mérito da  
935 discussão, o que reza o art. 22, do Regimento. Ou seja, se nós vamos continuar com as Câmaras  
936 tomando deliberação por voto, ou se estas terão que esgotar a discussão e tomar uma decisão por  
937 consenso, como ocorre no CONAMA. Quem tem que votar e debater é o Conselheiro, aqui, porque se  
938 aqui houver uma votação diferenciada, não unânime, tudo bem, porque esse é o Plenário, o espaço de  
939 votação. Então, acho que essa questão nós temos que trazer à discussão mais adiante, talvez na  
940 perspectiva da revisão do Regimento nos vários aspectos que mereçam uma adequação. Agora, eu  
941 gostaria de pedir, mais uma vez, que quanto mais Conselheiros interessados no debate do assunto  
942 puderem participar da discussão no início do processo, melhor para nós. Eu acho que o papel das  
943 ONGs é fundamental, já disse uma vez e volto a insistir, se desejarem e puderem contribuir por  
944 dentro, proativamente, na Comissão, seria muito bom para nós, porque ajuda a transparecer os fatos  
945 aos segmentos. Nós somos um Conselho, somos um todo, não pode parecer que há uma parte  
946 pendendo para um lado e uma parte “olhando com o rabo de olho”. Nós queremos proatividade,  
947 queremos essa saudável cumplicidade na construção de uma qualidade ambiental que todos  
948 almejamos, porque todos temos o mesmo objetivo. Eu quero reafirmar isso: o fato de sermos Governo  
949 não descaracteriza a nossa responsabilidade com a questão ambiental. Eu amanhã volto para a minha  
950 casa, sou professor, sou biólogo, vou continuar a minha vida e quero voltar tranqüilo quanto ao que  
951 fiz. Então, quero dizer que a preocupação deve ser de todos. Na medida do possível, volto a dizer,  
952 acho que as ONGs devem, pelo papel que têm, que é importantíssimo, estar participando dessa  
953 Câmara Técnica. Esse convite já foi feito, mas eu gostaria de reiterar como Conselheiro, e também  
954 como representante da SEMA, pois queremos transparência. Não queremos que participem para  
955 legitimar o que não deva ser feito, mas para ajudar, por dentro, a corrigir no nascedouro eventuais  
956 problemas que possam surgir. **Sr. Guilherme Dornelles:** Eu acho que foram levantados três itens  
957 aqui que poderiam ser objeto de apreciação novamente desse Plenário aqui com relação a esses  
958 processos, ao trabalho também da Câmara Técnica. O primeiro é a compatibilização com os planos de  
959 bacias. Eu não sei de que forma nós vamos encaminhar esse debate, só estou levantado, as idéias já  
960 foram ventiladas aqui. A segunda idéia é uma preocupação nossa também, as equipes técnicas dos  
961 municípios. E agora me falha o conhecimento, não sei se a legislação é Federal, ou Estadual, é a nossa  
962 resolução que determinou essa equipe técnica, mas acho que se a Secretaria está vendo também que  
963 poderia ser aperfeiçoado nesse ponto acho que deveria trazer ao debate para contribuir. Um terceiro  
964 item seria com relação à participação dos técnicos na Câmara Técnica. O nome da Câmara é *técnica*,  
965 então, ela é uma Câmara privilegiada pela participação dos técnicos, mas isso necessariamente não  
966 quer dizer que só técnicos possam participar. Se a sociedade não dispõe de técnicos no quadro das  
967 suas Entidades no momento, infelizmente a sociedade vai perder ali no fórum privilegiado de  
968 discussão, ela vai ficar devendo, mas também, por outro lado, tem oportunidade de trazer os técnicos  
969 para a discussão também para confrontar as propostas. Eu vejo que uma Câmara Técnica tem que ter  
970 o aporte de recursos e o suporte técnico do órgão estadual de meio ambiente. Os técnicos das  
971 diferentes áreas devem estar presentes nas reuniões da Câmara Técnica, porque essa é a finalidade da  
972 Câmara Técnica, a sociedade civil não tem o dever, ou a obrigação de saber tudo. O Estado tem os  
973 seus técnicos ali para disponibilizar as informações. Então, por isso que a estrutura da Secretaria de  
974 Meio Ambiente, os órgãos de Meio Ambiente é uma estrutura cara e complexa, e é relegada em todos  
975 os planos de Governo e de políticas públicas, é um segundo plano, porque realmente funcione como a  
976 gente gostaria que funcionasse. Isso é um investimento pesado, talvez não, talvez até a Secretaria  
977 tenha outras propostas interessantes de como poderia funcionar isso, mas essa questão para nós, não  
978 abrimos mão da presença dos técnicos dos diversos órgãos nas reuniões das Câmaras Técnicas porque  
979 só eles têm as informações às vezes possíveis que nós não temos acesso. Muito obrigado. **Sr.**  
980 **Presidente:** Mais algum Conselheiro gostaria de se manifestar? **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Gostaria

981de fazer uma colocação. **Sr. Presidente:** E pedido para o Dr. Cunha. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** A  
982nossa posição, no caso, não é necessariamente da AGAPAN participar da Câmara Técnica. Isso  
983sabemos que estaria à disposição, como em qualquer outra Câmara Técnica, mas que os processos que  
984a gente desse acesso antes das reuniões, porque geralmente só temos acesso ao SAABI, que é aquele  
985processo que tal município vai ser licenciado na semana da reunião. De fato, fica muito difícil para  
986fazermos a avaliação do município, por isso temos pedido várias vista em reuniões a alguns processos.  
987Então, talvez algum planejamento maior de pauta para o município que vai ser licenciado, em uma  
988reunião de CONSEMA ele pudesse colocado à disposição para os Conselheiros. **Sr. Presidente:**  
989Conselheiro Cunha, se me permite, o Prof. Mário gostaria de dar uma informação primeiro. **Sr. Mário**  
990**Buede Teixeira:** Gostaria de lembrar o seguinte: a nossa Câmara Técnica foi criada em 2001, no ano  
991seguinte ao da aprovação da Resolução 04/2000. Então, estamos já completando praticamente três  
992anos de atividade dessa Câmara Técnica. Essa Câmara Técnica originalmente tinha dez representantes  
993de Entidades, dessas dez Entidades uma das Entidades solicitou a exclusão. Hoje trabalhamos com  
994dez Entidades na Câmara Técnica, dessas dez Entidades, para se ter uma idéia, no ano de 2003, que  
995estamos encerrando agora, tivemos dezesseis reuniões, dessas dezesseis reuniões não tivemos *quorum*  
996em 25% das reuniões; ou seja, em um quarto das reuniões não houve *quorum*. E das dez Entidades  
997representadas três foram as principais responsáveis pela falta de *quorum*. Entre elas a primeira que  
998tem a maior a ausência em uma organização não-governamental chamada *Centro de Estudos*  
999*Ambientais*. Essa Entidade no ano de 2003 esteve presente apenas duas vezes entre dezesseis reuniões.  
1000A outra Entidade é a Secretaria da Cultura, que só esteve presente em três reuniões neste ano, e a  
1001outro a SINDIÁGUA, que esteve presente apenas em sete reuniões, ou seja, menos que 50%. Então,  
1002essa é a realidade da nossa Câmara Técnica. Isso tem dificultado o nosso trabalho muito, para  
1003aprovarmos tivemos nessas reuniões, na primeira reunião tivemos apenas um município, foi São  
1004Leopoldo; na segunda dois municípios. Depois aumentou para sete, oito, até a última reunião, que foi  
1005esta semana, no dia de ontem, dois municípios que foram avaliados e aprovados. Foram avaliados  
1006quatro avaliados e dois aprovados. Eu disse o contrário? O que acontece? Nós tivemos no dia de  
1007ontem quatro municípios para serem avaliados, que recebemos da SEMA, da Comissão de  
1008Municipalização. De forma que está à disposição de todos os Conselheiros, as nossas reuniões são  
1009agendadas com antecedência para que possam fazer parte da nossa reunião lá e eventualmente  
1010conhecerem em detalhes como é que se processa o nosso sistema. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:**  
1011As reuniões da Câmara Técnica são abertas aos Conselheiros, são públicas. Peço, pois, ao Presidente  
1012para depois disponibilizar, se já não está disponibilizado, as datas das reuniões, para que todos os  
1013Conselheiros que desejarem interagir no processo, inclusive com direito à voz, acompanhando e  
1014questionando, para que não pareça que as coisas não estão sendo facilitadas. Naturalmente, não dá  
1015para chegar no colo, mas pode ser disponibilizado. O Conselheiro da AGAPAN se referiu a uma coisa  
1016que eu acho que pode ser discutida, mas não nesta reunião, que não cumpre essa função, mas numa  
1017reunião ordinária específica. Eu particularmente encaminharia em contrário, porque acho temerário  
1018que tão-somente os corpos técnicos da SEMA e da FEPAM estejam envolvidos. O formato nacional  
1019prevê, abaixo das Câmaras Técnicas, os chamados GTs, Grupos de Trabalho. O nosso Regimento  
1020prevê apenas Câmaras Técnicas Temporárias. Mas grupos de trabalhos cumprem exatamente essa  
1021função, constituindo-se de pessoas que têm notório saber em determinadas áreas. E eu acho que tem  
1022que incluir mesmo é mais gente de fora, das universidades, das ONGs, seja de que órgão for, porque  
1023aduz aqui uma contribuição nova, diferente, uma outra visão. Eu estou Governo hoje, mas não acho  
1024que o melhor formato seja apenas os técnicos do Governo. Não porque não confie na capacidade deles  
1025e em seu trabalho, mas porque eles já trazem um viés de pensamento e de visão que mais ou menos  
1026tende a se repetir; quer dizer, tem uma determinada lógica. Então, acho que o Conselho pode avançar,  
1027e nada impede que com esse Regimento que aqui está possamos ter grupos de trabalho para auxiliar as  
1028Câmaras Técnicas. É assim que funciona no plano nacional, eles cumprem missão temporária e nós  
1029vamos buscar os melhores cérebros, onde quer que estejam, para se somar a nós. Eu acho que isso  
1030pode ser um encaminhamento para a próxima reunião ordinária, e com isso ampliamos a base de  
1031controle sobre o processo. **Sra. Edi Xavier Fonseca:** Só para esclarecer para o Secretário Cunha que  
1032já existe essa dinâmica dentro das Câmaras Técnicas, os GTs. Quando há algum assunto pontual, ou  
1033muito específico as Câmara Técnicas já atuam com os GTs, já são convidados pessoas de notório  
1034saber para compor esse grupo de trabalho para esclarecer melhor a Câmara Técnica. Isso já existe, na  
1035nossa dinâmica interna já existe isso. Agora sim, uma proposição aqui para essa Câmara talvez, eu

1036considero que seria importante, que se pudesse avaliar um cronograma de apreciação para a questão  
1037dos licenciamentos. Então, uma sugestão: que fosse feito primeiro o protocolo de intenção do  
1038município em solicitar a habilitação, que fosse trinta dias antes de ir para a Câmara Técnica. Noventa  
1039dias para a apreciação da Câmara Técnica e trinta dias para a disposição dos Conselheiros para análise  
1040desse licenciamento. Acho que dessa forma seria uma dinâmica mais transparente. Nós não estamos  
1041aqui questionando se existe ou não transparência nessa Câmara, ou em qualquer outra Câmara,  
1042estamos sentindo aqui que as colocações da AGAPAN são no sentido de ajudar a facilitar. **Sr.**  
1043**Presidente:** Eu pediria para a Conselheira, como se trata de uma reunião extraordinária, que  
1044encaminhasse para a próxima reunião ordinária, antes da reunião ordinária, se possível logo em  
1045seguida, amanhã, ou depois, para que a gente possa incluir a proposta na pauta da próxima reunião  
1046ordinária. Hoje não estou autorizado, por a reunião extraordinária, a votar esse tema. **Sr. Guilherme**  
1047**Dornelles:** Só para complementar a proposta: esses trinta dias após a apreciação da Câmara Técnica é  
1048para comunicação ao Conselho para efeitos de entrada em pauta de discussão no Plenário. Então, não  
1049poderia entrar na próxima reunião senão houvesse uma reunião anterior. Então, nesta reunião é  
1050comunicado que na próxima tal município vai ser discutido a visitação. E essa proposta feita pelo  
1051Cunha, era justamente essa a idéia que me veio na primeira reunião aqui, que é o modelo de estrutura  
1052do Fundo Nacional do Meio Ambiente, ele tem dois grupos técnicos que analisam os processos, com  
1053técnicos do próprio Fundo. Então, a questão que temos que ver agora é a forma operacional disso.  
1054Então, o município apresenta a sua proposta, ela passa pelo crivo de um grupo técnico e de técnicos  
1055contratados pelo CONSEMA, ou pela SEMA, que vão emitir o seu primeiro parecer com relação a  
1056todos os itens. Há o primeiro grupo que analisa para a Câmara Técnica do CONSEMA, o primeiro  
1057grupo analisa a documentação. Depois, o segundo é um grupo técnico que analisa as questões técnicas  
1058do processo. Como o nosso representante do Presidente da Câmara Técnica falou: na minha área não  
1059estava bom o projeto. Então, nós temos que ter uma equipe multidisciplinar que analise cada pedido  
1060de habilitação nas diferentes áreas técnicas, e emita um parecer para subsidiar o trabalho da Câmara  
1061Técnica, porque as Entidades da sociedade civil não tem o compromisso de ter técnicos para analisar  
1062aquilo ali. Aquilo é uma Câmara Técnica e vai tomar uma decisão política, já que não entramos no  
1063mérito do processo de decisão, por enquanto é o de votação. Então, uma Entidade vai votar a favor, ou  
1064contra baseado nas informações que ela receber, e isso precisa de um parecer técnico. Eu entendi  
1065assim, a proposta do Cunha e o modelo do Fundo Nacional do Meio Ambiente funciona assim, o  
1066trabalho dos Conselheiros, eles têm uma base de informações confiáveis para poder decidir. Sem uma  
1067base de informações confiáveis para poder decidir não há como decidir. Então, o Estado tem que  
1068disponibilizar essa base de informações, isso por meio de um grupo técnico que emita um parecer  
1069sobre os critérios e uma análise sobre o processo como um todo também. Quem decide é a Câmara  
1070Técnica e traz a decisão para o Plenário que decide em última instância. Senão, vamos ter que discutir  
1071no Plenário aspectos particulares que eram para ter sido discutidos dentro da Câmara Técnica, porque  
1072a informação só vai chegar no Plenário, quando deveria chegar na Câmara Técnica. **Sr. Presidente:**  
1073Eu acredito que a melhor forma é esperarmos a proposição por escrito para que o Conselho possa  
1074encaminhar, provavelmente, à Câmara de Gestão Municipal e depois à Câmara de assuntos Jurídicos  
1075para que essa discussão possa ser aprimorada. Então, eu solicitaria que a AGAPAN enviasse essa  
1076proposta por escrito o mais rápido possível, para que pudesse ser distribuída imediatamente aos  
1077Conselheiros. Eu lembro que a próxima reunião ordinária é no dia 18-12. Não sei se ainda dá para  
1078incluir na pauta, daria? É possível desde que chegue imediatamente o pedido aqui. Eu gostaria de  
1079lembrar aos Conselheiros que o inimigo do bom é o ótimo. A FAMURS já está questionando a  
1080capacidade deste Conselho em fazer habilitação. Vários advogados, inclusive a assessoria jurídica da  
1081FEPAM impõe dúvidas com relação a capacidade deste Conselho em habilitar municípios. Parece que  
1082a situação ainda de habilitação está bastante tranquila e acho que deveríamos cuidar do excesso para  
1083que de repente a FAMURS não inviabilizasse esse processo, que me parece que está muito bom. **Sr.**  
1084**Alexandre Bugin:** Até para esclarecimento, tu colocaste um assunto que é polêmico, mas é  
1085exatamente em que sentido está sendo questionado? **Sr. Presidente:** Um Conselheiro da FAMURS, o  
1086Valtemir já colocou, estava presente, que há dúvidas com relação se o município precisa ou não pedir  
1087habilitação ao Estado. A própria FAMURS já colocou neste Plenário, que diz que a Constituição de  
108888 permite aos municípios no mesmo nível do então, e no mesmo nível do Estado, em fazer  
1089licenciamento ambiental sem dar satisfação ao Estado. Isso é impacto local naturalmente. Só estou  
1090repetindo palavras do Conselheiro. Então, acho que o processo está bom, temos que cuidar, quanto

1091mais apertarmos o município, de repente essas questões podem vir à tona. Eu acho que o processo que  
1092o Rio Grande do Sul está adotando está muito bom, o Governo do Paraná deu um retrocesso violento  
1093com relação a isso, está tentando tirar toda a capacidade dos municípios de licenciarem. Então, só  
1094estou recomendando, dizendo que o inimigo do bom é o ótimo. Talvez a gente aperte demais e não  
1095consiga que novos municípios se habilitem. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Conselheiro, não sei se  
1096esse assunto está encerrado, tenho só duas questões rápidas. A FETAG, como eu disse no início,  
1097solicitou fazer parte da composição de Câmara Técnica de Agropecuária e Agroindústria, tendo como  
1098representante o Sr. Elton Roberto Weber, como Titular naturalmente, o Sr. Valdecir José Zonin como  
1099Suplente. Algum dos Conselheiros é contra a inclusão da FETAG na composição da Câmara Técnica  
1100de Agropecuária e Agroindústria? Não? Então, faremos a resolução para a aprovação final da  
1101resolução, Rosaura. Na próxima reunião ordinária, então, aprovaríamos essa resolução. Eu ia  
1102apresentar para vocês o novo Secretário de Meio Ambiente de Caxias do Sul, mudou o Secretário há  
1103umas duas semanas. O Felipe que estava aqui conosco, acho que ele já foi, mas também não faz mal,  
1104eu só queria apresentar, a Secretaria de caxias do Sul mudou o Secretário Municipal semana passada.  
1105Há mais alguma questão? **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Na verdade, tenho duas  
1106questões, eu ia oficializar isso à Secretaria Executiva do CONSEMA, mas acho que se pode fazer isso  
1107agora. Tivemos aquela Audiência Pública da Rota do Sol, onde a representante do DEFAP disse,  
1108conforme está aqui na Ata, que está sendo estudada pela nossa equipe, assim como os sinalizadores.  
1109Agora já existe mais um projeto de engenharia, um viaduto como alternativa de mitigação para o  
1110impacto da Rota do Sol na área da Mata Paludosa. Eu gostaria que esse assunto fosse devidamente  
1111esclarecido, de uma forma rápida, na próxima reunião do CONSEMA, uma vez que eu tive  
1112informações, não consegui até o momento confirmá-las, de que o DEFAP continuaria com a idéia de  
1113fazer um pontilhão e não um viaduto. Então, eu gostaria que fosse apresentado um esclarecimento  
1114rápido e sucinto sobre esse assunto. O outro assunto também diz respeito ao DEFAP, porque  
1115enviamos uma correspondência à SEMA sobre o fato do DEFAP não estar considerando a proposta de  
1116novos limites para o Parque Estadual do Delta do Jacuí. Isso também ficamos sabendo por caminhos  
1117diversos, foi um assunto discutido dentro da Câmara Técnica de Biodiversidade, durante bastante  
1118tempo, e foi aprovado na última reunião do ano passado. Então, eu recebi uma resposta, só vou ler o  
1119primeiro e últimos parágrafos: *Este Departamento não está desconsiderando as deliberações do*  
1120*CONSEMA, tanto que a Ata anexada, datada de 06-12, ainda não havia sido aprovada até a data de*  
1121*121-08. Também não houve encaminhamento da proposta de redefinição dos limites do Parque*  
1122*Estadual do Delta do Jacuí à Assembléia Legislativa.* Eu havia entendido que uma vez a  
1123redelimitação do parque sendo aprovada estava dito, subentendido o encaminhamento por parte do  
1124DEFAP à Assembléia Legislativa para que, então, o Poder Legislativo fizesse a redefinição. Entendo  
1125eu, para isso peço esclarecimento na próxima reunião por que não foi feito isso. até porque o fato de  
1126uma Ata não ter sido aprovada não quer dizer que as determinações, as deliberações daquela reunião  
1127não estejam vigorando. Acho que vale a pena também ler o último parágrafo; não é o último  
1128parágrafo, desculpem. O que foi proposto pelo DEFAP, o DEFAP apresentou uma proposta de  
1129trabalho no qual entende que a redefinição, ele diz aqui que o DEFAP está aperfeiçoando a proposta  
1130de redefinição dos limites. Na verdade, o que o DEFAP está fazendo é estudando, já realizou duas  
1131audiências públicas, já foram realizadas audiências públicas na Assembléia Legislativa. O  
1132CONSEMA não foi informado, as ONGs que trabalham com unidades de conservação não foram  
1133informadas, ou convidadas para participar dessas audiências públicas. Na verdade, eles não estão  
1134discutindo redefinição dos limites do parque, está sendo discutido a proposta de transformação de um  
1135parque estadual, ou seja, uma unidade de conservação de uso indireto em uma APA, uma unidade de  
1136conservação de uso direto. Então, é uma proposta completamente diferente da aprovada por este  
1137Conselho na reunião de dezembro do ano passado. Eu acho fundamental que tenhamos essas duas  
1138informações, nem que seja de forma sucinta. A primeira realmente é possível fazer esse  
1139esclarecimento de forma sucinta, porque me preocupa cada vez mais que a pessoas encarregada pela  
1140Divisão de Unidade de Conservação do DEFAP esteja fazendo essas afirmações que tem feito e que  
1141tem nos deixado realmente muito preocupados, inclusive estamos questionando a boa-fé dessa pessoa,  
1142no caso da Dra. Margot, em relação a questão da Rota do Sol sobre o viaduto. **Sr. Luiz Paulo**  
1143**Rodrigues Cunha:** Gostaria que a Conselheira objetivasse o pleito para ver até que ponto é um pleito  
1144da entidade que representa, ou se deve ser um pleito deste Plenário. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos**  
1145**Monteiro:** O pleito é da minha Entidade para esclarecimento do Plenário. Tendo em vista que em

1146uma Audiência Pública do CONSEMA foi feita uma afirmação, e eu tenho aqui uma outra afirmação  
1147dizendo que entre outras coisas a deliberação do CONSEMA não foi validada, até a data tal, porque a  
1148Ata não havia sido aprovada. E o DEFAP até o momento não tomou qualquer iniciativa, até onde eu  
1149sei, sobre a deliberação na reunião de dezembro do ano passado. Então, eu acredito que esses  
1150esclarecimentos caibam sim na Plenária do CONSEMA. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues Cunha:** A minha  
1151preocupação é de não se procurar caracterizar, aqui, os legítimos pleitos e preocupações de entidades  
1152e segmentos em questões específicas do CONSEMA. Não tenho nenhuma dificuldade em trazer os  
1153nossos técnicos aqui para os esclarecimentos que couberem, mas o pedido nesse sentido tem que ser  
1154devidamente formalizado pelo Presidente, após deliberação do Plenário. A Conselheira demandou a  
1155minha Secretaria alguns esclarecimentos, os quais lhe foram repassados. A senhora estava na reunião,  
1156na Audiência Pública lá na Assembléia, podia ter argüido, ou questionado na hora, lá, quanto às  
1157dúvidas porventura existentes. E agora quer trazer para o âmago do CONSEMA uma questão pontual,  
1158específica, que é uma inquietação compreensível sua. Primeiro, questiono se é assunto para ser  
1159colocado aqui e agora, porque não é um item previsto na pauta de discussões. Não estou, com isso,  
1160querendo esvaziar o debate, mas a senhora pode colocar na reunião ordinária próxima, desde que a  
1161questão venha objetivada. E que o Plenário tenha clareza da questão, porque eu não quero – falo isso  
1162com muita tranqüilidade – que nós da SEMA fiquemos sendo continuamente pautados de fora, até  
1163porque temos missões específicas a cumprir. Naquilo que for do interesse coletivo do Conselho que  
1164seja debatido, não há nenhum problema, de nossa parte, em trazer as pessoas diretamente envolvidas  
1165para os esclarecimentos pertinentes. Mas não espero que o Conselho seja usado como caixa de  
1166ressonância para determinados pleitos de caráter pessoal ou de grupos. Não nos furtamos a lhe prestar  
1167novos esclarecimentos. Se a senhora não se deu por satisfeita, que oficie novamente ao Secretário e  
1168vamos seguir tocando as coisas. Agora mesmo a senhora acaba de levantar publicamente uma questão  
1169que é temerária, que é a suspeição quanto à boa-fé de uma técnica do DEFAP. Então, a senhora  
1170precisa fundamentar isso, para que caiba a devida contrarrestação ao que a senhora está afirmando.  
1171Mas faça fundamentadamente, porque acho que temos que jogar essas coisas com transparência. Nós  
1172não queremos sonegar nada, mas não queremos também que o Conselho seja instrumento para  
1173querelas localizadas. **Sr. Presidente:** Eu gostaria de fazer um esclarecimento, apesar de termos aberto  
1174para as pessoas se manifestarem, a pauta não está prevendo Assuntos Gerais. Eu não posso deliberar,  
1175em princípio, nada; por isso que eu pedi para que se fizesse uma minuta de resolução para se aprovar  
1176a questão da FETAG na reunião ordinária. Não pode ser aprovada aqui. Então, vou pedir para a  
1177Conselheira Kátia que formalize, se puder amanhã, ou depois, para que isso vá para a pasta dos  
1178Conselheiros, para a reunião do dia 18, e o Conselho delibere aqui no dia 18. Eu não posso votar nada  
1179aqui. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Secretário Cunha, eu concordo plenamente com o  
1180senhor que não se deve tratar neste Conselho de assuntos pontuais. E eu tenho procurado as questões  
1181que são de interesse da minha Entidade, tenho procurado fazer os questionamentos para a SEMA, ou  
1182para os órgãos em questão. No caso da Audiência da Rota do Sol, quando a Dra. Margot afirmou que  
1183o DEFAP estava analisando a construção de um viaduto eu acreditei. **Sr. Luiz Paulo Rodrigues**  
1184**Cunha:** Existia também essa possibilidade. **Sra. Kathia Maria Vasconcellos Monteiro:** Sim, diz  
1185assim: *agora já existem mais projetos de engenharia de um viaduto*. Então, isso foi dito na hora e é o  
1186que vai ao encontro do Comitê Estadual da Reserva Biosfera, que é o coletivo que está discutindo essa  
1187questão da Rota do Sol de forma mais permanente. O que eu trouxe aqui a questão é de que, na  
1188verdade, o DEFAP não estaria vendo essa questão do viaduto. Realmente estaria vendo a questão do  
1189pontilhão. Aí, nesse caso, eu gostaria de ter esse esclarecimento na reunião do CONSEMA, uma vez  
1190que a afirmação foi na reunião do CONSEMA. **Sr. Mauro Gomes de Moura:** Mais algum  
1191Conselheiro gostaria de se manifestar? Nós já estamos com o *quorum* próximo a zero. Então,  
1192agradeço a presença de todos. Lembro novamente da reunião do dia 18, às 14h:, neste Plenário.  
1193(Encerra-se a reunião às 17h10min)